

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	166.634
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>166.634</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	14.993.347	11.638.870
1.01	Ativo Circulante	2.828.176	3.246.412
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	217.136	566.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	111.653	129.555
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	111.653	129.555
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	111.653	129.555
1.01.03	Contas a Receber	1.832.466	1.843.952
1.01.03.01	Clientes	1.832.466	1.843.952
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	3.093.659	2.858.917
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.261.193	-1.014.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	221.835	180.517
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	221.835	180.517
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	81.178	38.044
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	140.657	142.473
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	445.086	525.702
1.01.08.03	Outros	445.086	525.702
1.01.08.03.01	Serviços em curso	44.019	41.256
1.01.08.03.02	Outros Créditos	247.297	132.143
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - swap	132.224	330.288
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	21.546	22.015
1.02	Ativo Não Circulante	12.165.171	8.392.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.576.724	5.657.706
1.02.01.04	Contas a Receber	29.557	44.444
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	29.557	44.444
1.02.01.07	Tributos Diferidos	354.697	305.138
1.02.01.07.01	Tributos e contribuições sociais diferidos	354.697	305.138
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.192.470	5.308.124
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	3.314.159	106.522
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	265.588	257.473
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.541.394	4.321.429
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	3.231
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	126.889	0
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	944.440	619.469
1.02.03	Imobilizado	94.312	101.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	94.312	101.701
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	53.225	56.145
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	28.624	33.080
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	12.463	12.476
1.02.04	Intangível	2.494.135	2.633.051
1.02.04.01	Intangíveis	2.494.135	2.633.051
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.316.470	2.436.038
1.02.04.01.02	Softwares	175.759	195.107
1.02.04.01.03	Bens de renda	1.906	1.906

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	14.993.347	11.638.870
2.01	Passivo Circulante	3.762.312	2.996.435
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.450	76.609
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.450	76.609
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	72.450	76.609
2.01.02	Fornecedores	1.267.396	1.085.352
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.267.396	1.085.352
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.153.945	994.390
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	113.451	90.962
2.01.03	Obrigações Fiscais	205.352	200.161
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	69.322	67.964
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.367	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	45.955	67.964
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	116.761	128.233
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	19.269	3.964
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.501.329	931.255
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.491.617	925.268
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	781.686	22.757
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	709.931	902.511
2.01.04.02	Debêntures	9.712	5.987
2.01.05	Outras Obrigações	539.481	523.396
2.01.05.02	Outros	539.481	523.396
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	38.702	103
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	57.987	57.987
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	80.716	108.903
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	247.891	301.498
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	100.162	39.887
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	14.023	15.018
2.01.06	Provisões	176.304	179.662
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	176.304	179.662
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	176.304	179.662
2.02	Passivo Não Circulante	7.583.725	5.051.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.211.427	3.680.800
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.212.321	2.681.857
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.726.444	2.478.065
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	485.877	203.792
2.02.01.02	Debêntures	999.106	998.943
2.02.02	Outras Obrigações	3.741.712	764.771
2.02.02.02	Outros	3.741.712	764.771
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	435.506	590.246
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	87.986
2.02.02.02.06	Outras obrigações	6.992	9.164
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos -swap	41.826	0
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	29.262	50.654
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	20.903	26.721
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.207.223	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04	Provisões	630.586	605.629
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	630.586	605.629
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.372	24.117
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	302.164	294.155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	294.321	285.913
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	1.444	1.444
2.02.04.01.06	Outras provisões	11.285	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.647.310	3.591.235
2.03.01	Capital Social Realizado	2.498.230	2.498.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.068.340	1.068.340
2.03.04.01	Reserva Legal	138.350	138.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	929.990	929.990
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.726	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	73.212	1.411
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	73.212	1.411

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.794.600	3.589.579	1.402.429	2.960.101
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.611.910	-3.170.139	-1.236.577	-2.563.593
3.03	Resultado Bruto	182.690	419.440	165.852	396.508
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-237.438	-426.010	-48.286	-168.809
3.04.01	Despesas com Vendas	-196.749	-328.152	-26.996	-81.759
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.894	-100.339	-37.223	-126.052
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.205	2.481	15.933	39.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.748	-6.570	117.566	227.699
3.06	Resultado Financeiro	2.680	23.118	-75.055	-151.800
3.06.01	Receitas Financeiras	84.845	823.376	56.270	403.821
3.06.02	Despesas Financeiras	-82.165	-800.258	-131.325	-555.621
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-52.068	16.548	42.511	75.899
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.085	-32.274	-14.728	-26.325
3.08.01	Corrente	-55.379	-118.821	0	0
3.08.02	Diferido	46.294	86.547	-14.728	-26.325
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-61.153	-15.726	27.783	49.574
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-61.153	-15.726	27.783	49.574
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,36699	-0,09437	0,16673	0,29750

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-61.153	-15.726	27.783	49.574
4.02	Outros Resultados Abrangentes	105.015	71.801	-38.674	-32.023
4.02.01	Ganho/perda atuarial em benefícios pós emprego	112.241	112.241	-50.759	-50.759
4.02.02	Tributos diferidos sobre Ganho/perda atuarial em fundo de pensão	-38.162	-38.162	17.258	17.258
4.02.03	Ganho/perda em instrumentos financeiros	46.872	-3.452	-7.837	2.240
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho/perda em instrumento financeiro derivativos	-15.936	1.174	2.664	-762
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.862	56.075	-10.891	17.551

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-212.334	152.826
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	565.952	549.900
6.01.01.01	Lucro do período	-15.726	49.574
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	321.084	23.377
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	249.227	214.910
6.01.01.04	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários,cíveis, trabalhistas e regulatórias	39.496	21.181
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	87.881	501.363
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-171.319	-12.569
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	0	5.273
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-86.547	26.325
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	19.957	16.391
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-10.423	-8.901
6.01.01.12	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	42.854	-337.923
6.01.01.13	Outros	89.468	50.899
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-524.090	-211.326
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-384.179	-198.037
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-116.466	49.502
6.01.02.03	Taxas regulamentares	36.680	10.411
6.01.02.04	Tributos a Compensar	6.425	-11.741
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	-141.593	0
6.01.02.07	Depositos Vinculados	-8.115	144
6.01.02.08	Outros Créditos	-115.154	28.439
6.01.02.09	Fornecedores	182.044	-105.071
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-4.159	17.153
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	76.653	55.339
6.01.02.12	Serviços em Curso	-2.763	-4.476
6.01.02.13	Subvenção CDE	1.686	-25.117
6.01.02.16	Outros Passivos	-30.359	-7.771
6.01.02.17	Outros tributos compensáveis	-3.255.380	-20.101
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.367	0
6.01.02.19	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.207.223	0
6.01.03	Outros	-254.196	-185.748
6.01.03.01	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-62.456	-36.133
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-94.829	-8.106
6.01.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-41.441	-70.842
6.01.03.04	Recebimento (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	2.849	-5.231
6.01.03.05	Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-56.983	-63.793
6.01.03.06	Pagamento de juros de arrendamento	-1.336	-1.643
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-458.637	-493.272
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	17.902	-18.679
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-476.539	-474.593
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	321.421	222.025

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	910.000	301.332
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-814.331	-76.077
6.03.09	Pagamento de instrumento financeiro derivativo	232.565	0
6.03.10	Pagamento de arrendamentos financeiros	-6.813	-3.230
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-349.550	-118.421
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	566.686	303.062
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	217.136	184.641

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.726	71.801	56.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.726	0	-15.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	71.801	71.801
5.05.02.06	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	112.241	112.241
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre ganho benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-38.162	-38.162
5.05.02.08	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-3.452	-3.452
5.05.02.09	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	1.174	1.174
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.068.340	-15.726	73.212	3.647.310

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.574	-32.023	17.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.574	0	49.574
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-32.023	-32.023
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre perda em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-50.759	-50.759
5.05.02.08	Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	17.258	17.258
5.05.02.09	Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	2.240	2.240
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	-762	-762
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.138.795	49.574	-31.326	3.678.527

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	5.534.450	4.758.633
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.305.921	4.270.699
7.01.02	Outras Receitas	2.481	39.002
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	457.664	472.309
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-231.616	-23.377
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.222.066	-2.597.961
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.036.603	-2.461.723
7.02.04	Outros	-185.463	-136.238
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-185.463	-136.238
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.312.384	2.160.672
7.04	Retenções	-249.227	-214.910
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-249.227	-214.910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.063.157	1.945.762
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	823.376	403.821
7.06.02	Receitas Financeiras	823.376	403.821
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.886.533	2.349.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.886.533	2.349.583
7.08.01	Pessoal	109.235	92.616
7.08.01.01	Remuneração Direta	57.648	52.364
7.08.01.02	Benefícios	26.047	17.262
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.198	2.794
7.08.01.04	Outros	22.342	20.196
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	4.374	3.613
7.08.01.04.02	Previdência Privada	3.931	7.720
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	14.037	8.863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.991.685	1.651.695
7.08.02.01	Federais	698.502	585.742
7.08.02.02	Estaduais	1.288.989	1.061.501
7.08.02.03	Municipais	4.194	4.452
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	801.339	555.698
7.08.03.01	Juros	800.258	555.621
7.08.03.02	Aluguéis	1.081	77
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.726	49.574
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.726	49.574

## Comentário do Desempenho

# Comentário de Desempenho

2T21 / 6M21

Enel Distribuição Rio

Ampla Energia e Serviços S.A.

27 de julho de 2021

## Relações com Investidores

**Julia Freitas de Alcantara Nunes**  
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

**Fábio Romanin**  
Head de Relações com Investidores

**Leonardo Dias Wanderley**  
Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

## Comentário do Desempenho

**Rio de Janeiro, 27 de julho de 2021** – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) [B3: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobrindo 66 municípios, e possui 3,0 milhões de clientes, divulga o seu resultado do segundo trimestre (“2T21”) e do primeiro semestre (“1S21”, “6M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

### DESTAQUES

#### DESTAQUES DO PERÍODO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.886	2.514	14,8%	2.827	2,1%	5.735	5.590	2,6%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.888.977	2.216.191	30,4%	2.874.608	0,5%	5.763.585	4.743.008	21,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.794.600	1.402.429	28,0%	1.794.979	-0,0%	3.589.579	2.960.101	21,3%
EBITDA (3) (R\$ mil)*	59.304	216.908	-72,7%	167.538	-64,6%	226.842	427.752	-47,0%
Margem EBITDA (%)*	3,30%	15,47%	-12,17 p.p	9,33%	-6,03 p.p	6,32%	14,45%	-8,13 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,93%	18,78%	-14,85 p.p	10,32%	-6,39 p.p	7,24%	17,19%	-9,95 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)*	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	-3,05%	8,38%	-11,43 p.p	2,68%	-5,73 p.p	-0,18%	7,69%	-7,87 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(61.153)	27.783	<-100,0%	45.427	<-100,0%	(15.726)	49.574	<-100,0%
Margem Líquida	-3,41%	1,98%	-5,39 p.p	2,53%	-5,94 p.p	-0,44%	1,67%	-2,11 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-4,05%	2,41%	-6,46 p.p	2,80%	-6,85 p.p	-0,50%	1,99%	-2,49 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	306.046	216.857	41,1%	138.981	>100,0%	445.026	399.328	11,4%
DEC (12 meses)*	10,18	10,96	-7,1%	10,24	-0,6%	10,18	10,96	-7,1%
FEC (12 meses)*	5,71	6,86	-16,8%	6,06	-5,8%	5,71	6,86	-16,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,25%	95,71%	-1,46 p.p	93,59%	0,66 p.p	94,25%	95,71%	-1,46 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	23,50%	21,97%	1,53 p.p	24,84%	-1,34 p.p	23,50%	21,97%	1,53 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.010.693	2.964.051	1,6%	2.995.369	0,5%	3.010.392	2.963.740	1,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.016	983	3,4%	997	1,9%	1.016	983	3,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	270	257	5,1%	293	-7,8%	537	571	-6,0%
PMSO (5)/Consumidor*	132,14	65,25	>100,0%	122,82	7,6%	254,36	158,59	59,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	282	303	-6,9%	311	-9,3%	282	303	-6,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.681	9.796	9,0%	9.635	10,9%	10.681	9.796	9,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

### PERFIL CORPORATIVO

#### Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km<sup>2</sup>, o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende a quase 3,0 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,1 milhões de habitantes.

#### DADOS GERAIS\*

	2T21	2T20	Var. %
Área de Concessão (km <sup>2</sup> )	32.615	32.615	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.063.585	7.004.950	0,8%
Consumidores (Unid.)	3.010.693	2.964.051	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	57.539	57.040	0,9%
Linhas de Transmissão (Km)	3.454	3.429	0,7%
Subestações (Unid.)	127	126	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.356	11.060	2,7%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,46%	3,58%	-0,12 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,32%	2,42%	-0,10 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado das estimativas da população divulgados anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Volume de Energia Brasil de acordo com a EPE



#### Mercado Bursátil

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

## Comentário do Desempenho

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

### COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Ordinárias - ON (CBEE3)	24,90	16,00	55,6%	16,09	54,8%	24,90	16,00	55,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

### Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Rio é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

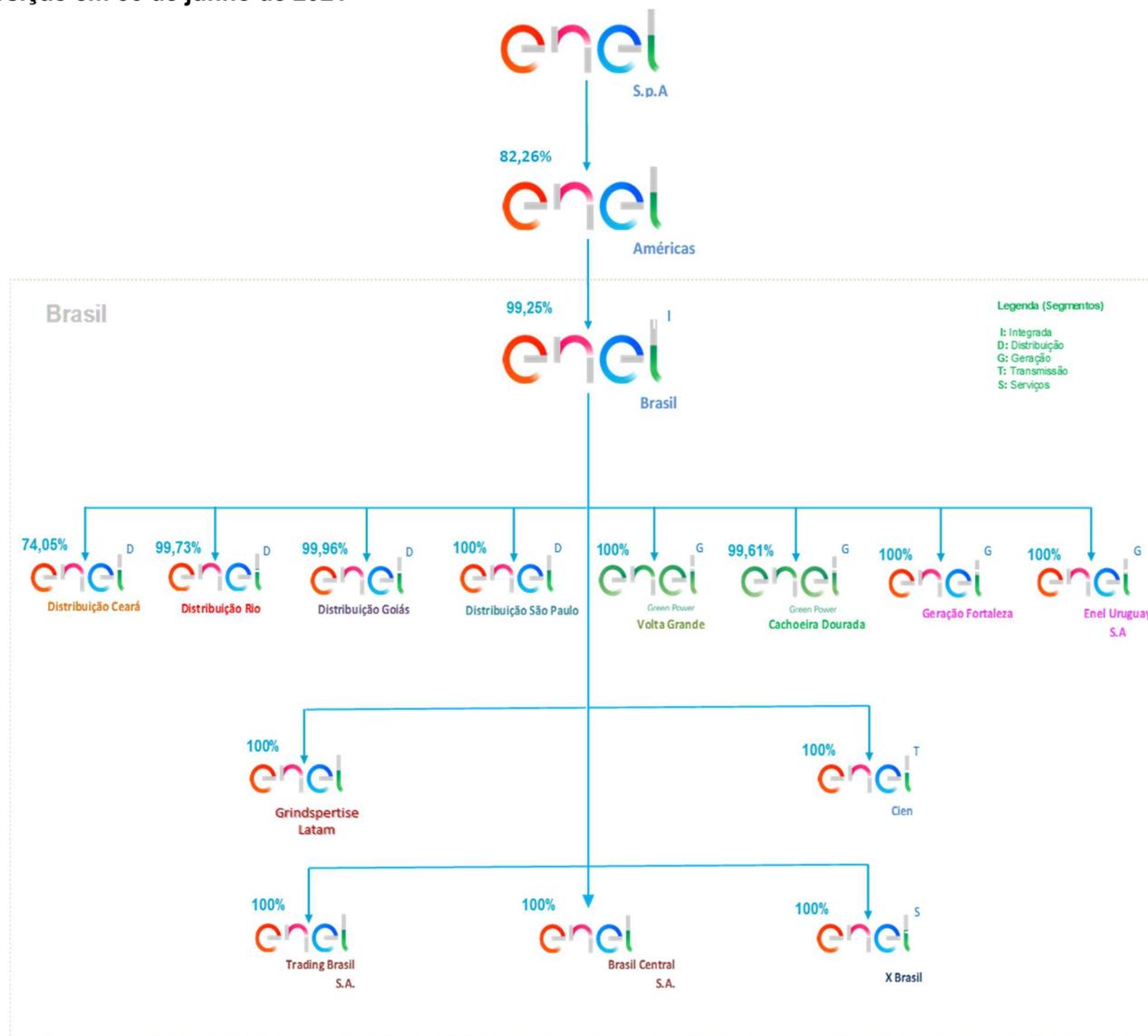
### ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2021)

	ON (1)	%	TOTAL	%
<b>Controladores</b>	<b>166.191.392</b>	<b>99,73%</b>	<b>166.191.392</b>	<b>99,73%</b>
Enel Brasil	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
<b>Não Controladores</b>	<b>442.934</b>	<b>0,27%</b>	<b>442.934</b>	<b>0,27%</b>
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
<b>Totais</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>

(1) As ações ordinárias possuem *Tag Along* de 80%

## Comentário do Desempenho

Posição em 30 de junho de 2021



## MERCADO DE ENERGIA

### Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>2.764.850</b>	<b>2.672.005</b>	<b>3,5%</b>	<b>2.788.035</b>	<b>-0,8%</b>	<b>2.764.850</b>	<b>2.672.005</b>	<b>3,5%</b>
Residencial - Convencional	2.412.391	2.325.800	3,7%	2.429.551	-0,7%	2.412.391	2.325.800	3,7%
Residencial - Baixa Renda	143.399	126.638	13,2%	141.527	1,3%	143.399	126.638	13,2%
Industrial	3.106	3.346	-7,2%	3.365	-7,7%	3.106	3.346	-7,2%
Comercial	125.137	134.787	-7,2%	131.725	-5,0%	125.137	134.787	-7,2%
Rural	63.093	63.730	-1,0%	64.081	-1,5%	63.093	63.730	-1,0%
Setor Público	17.724	17.704	0,1%	17.786	-0,3%	17.724	17.704	0,1%
<b>Clientes Livres</b>	<b>699</b>	<b>566</b>	<b>23,5%</b>	<b>686</b>	<b>1,9%</b>	<b>699</b>	<b>566</b>	<b>23,5%</b>
Industrial	134	125	7,2%	132	1,5%	134	125	7,2%
Comercial	514	405	26,9%	505	1,8%	514	405	26,9%
Setor Público	50	35	42,9%	48	4,2%	50	35	42,9%
Residencial	1	1	-	1	-	1	1	-
<b>Revenda</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>-7,7%</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>2.765.573</b>	<b>2.672.595</b>	<b>3,5%</b>	<b>2.788.747</b>	<b>-0,8%</b>	<b>2.765.573</b>	<b>2.672.595</b>	<b>3,5%</b>
Consumo Próprio	301	311	-3,2%	335	-10,1%	301	311	-3,2%
Consumidores Ativos Não Faturados	244.819	291.145	-15,9%	206.287	18,7%	244.819	291.145	-15,9%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>3.010.693</b>	<b>2.964.051</b>	<b>1,6%</b>	<b>2.995.369</b>	<b>0,5%</b>	<b>3.010.392</b>	<b>2.963.740</b>	<b>1,6%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

## Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o 2T21 com um aumento de 3,5% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 2T20, principalmente, pelo aumento nas classes residenciais, reflexo do crescimento vegetativo da área de concessão. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 1,6% entre períodos. No 2T21 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 119,3 milhões, 79,1% superior ao montante investido no 2T20.

### Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia em nossa área de concessão, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T21 em 2.886 GWh, um aumento de 14,8% em relação ao volume de energia vendido e transportado no 2T20.

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.036	1.841	10,6%	2.259	-9,9%	4.295	4.115	4,4%
Clientes Livres	718	559	28,4%	483	48,7%	1.202	1.236	-2,8%
Revenda	131	114	14,9%	84	56,0%	237	237	-
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>2.886</b>	<b>2.514</b>	<b>14,8%</b>	<b>2.827</b>	<b>2,1%</b>	<b>5.735</b>	<b>5.590</b>	<b>2,6%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

### Mercado Cativo

#### VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.212	1.074	12,8%	1.401	-13,5%	2.613	2.383	9,7%
Residencial - Baixa Renda	53	47	12,8%	66	-19,7%	118	95	24,2%
Industrial	39	42	-7,1%	36	8,3%	75	93	-19,4%
Comercial	379	333	13,8%	405	-6,4%	785	820	-4,3%
Rural	42	41	2,4%	45	-6,7%	87	86	1,2%
Setor Público	311	303	2,6%	305	2,0%	615	639	-3,8%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>2.036</b>	<b>1.841</b>	<b>10,6%</b>	<b>2.259</b>	<b>-9,9%</b>	<b>4.295</b>	<b>4.115</b>	<b>4,4%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, o total de venda de energia no mercado cativo apresentou um aumento de 10,6%, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada principalmente pelo aumento no consumo nas classes residencial convencional e baixa renda, comercial e setor público.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução do consumo nas classes industrial decorrente da atual pandemia do COVID-19 e conseqüente agravamento do contexto econômico na área de concessão. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

#### VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	503	462	8,9%	577	-12,8%	1.083	1.025	5,7%
Residencial - Baixa Renda	369	373	-1,1%	463	-20,3%	826	748	10,4%
Industrial	12.564	12.537	0,2%	10.830	16,0%	24.297	27.653	-12,1%
Comercial	3.032	2.473	22,6%	3.078	-1,5%	6.273	6.082	3,1%
Rural	658	651	1,1%	710	-7,3%	1.379	1.346	2,5%
Setor Público	17.530	17.122	2,4%	17.134	2,3%	34.723	36.100	-3,8%
<b>Total - Venda per Capita no Mercado Cativo</b>	<b>736</b>	<b>689</b>	<b>6,8%</b>	<b>810</b>	<b>-9,1%</b>	<b>1.553</b>	<b>1.540</b>	<b>0,8%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

### Clientes Livres

#### TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	515	419	22,9%	345	49,3%	860	924	-6,9%
Comercial	160	103	55,3%	110	45,5%	270	240	12,5%
Setor Público	42	35	20,0%	28	50,0%	70	69	1,4%
Residencial	1	1	-	0	-	1	2	-50,0%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>718</b>	<b>559</b>	<b>28,4%</b>	<b>483</b>	<b>48,7%</b>	<b>1.202</b>	<b>1.236</b>	<b>-2,8%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

## Comentário do Desempenho

### TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	3.843	3.353	14,6%	2.613	47,1%	6.417	7.393	-13,2%
Comercial	311	255	22,0%	218	42,7%	526	593	-11,3%
Setor Público	842	1.007	-16,4%	585	43,9%	1.403	1.982	-29,2%
Residencial	1.124	1.437	-21,8%	309	>100,0%	1.434	2.461	-41,7%
<b>Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*</b>	<b>1.028</b>	<b>988</b>	<b>4,0%</b>	<b>705</b>	<b>45,8%</b>	<b>1.719</b>	<b>2.184</b>	<b>-21,3%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O aumento de 4,0% no transporte de energia per capita para os clientes livres no trimestre é atribuído, principalmente, a retomada do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica.

No acumulado do ano, houve uma redução de 21,3% no transporte de energia per capita para os clientes livres. No primeiro trimestre ocorreu uma adequação no procedimento de faturamento, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês. Apesar da redução do consumo, se considerados o consumo lido mas não faturado do último mês do período, a Companhia registrou um aumento no total de volume de energia distribuída para os clientes livres

### Compra de Energia

#### COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Itaipu	533	539	-1,1%	528	0,9%	1.061	1.078	-1,6%
Angra I e II	102	101	1,0%	101	1,0%	202	202	-
PROINFA	50	51	-2,0%	43	16,3%	93	100	-7,0%
Leilão e Quotas	2.336	2.471	-5,5%	2.586	-9,7%	4.922	5.112	%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>3.021</b>	<b>3.164</b>	<b>-4,5%</b>	<b>3.258</b>	<b>-7,3%</b>	<b>6.279</b>	<b>6.494</b>	<b>-3,3%</b>
Liquidação na CCEE	(280)	(560)	-50,0%	224	<-100,0%	(56)	(577)	-90,3%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>2.740</b>	<b>2.604</b>	<b>5,2%</b>	<b>3.482</b>	<b>-21,3%</b>	<b>6.222</b>	<b>5.917</b>	<b>5,2%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

### Balanço de Energia

#### BALANÇO DE ENERGIA\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.397	3.171	7,1%	4.184	-18,8%	7.581	7.122	6,4%
Energia distribuída (GWh)	2.891	2.520	14,7%	2.832	2,1%	5.723	5.609	2,0%
Residencial - Convencional	1.212	1.074	12,8%	1.401	-13,5%	2.613	2.383	9,7%
Residencial - Baixa Renda	53	47	12,8%	66	-19,7%	118	95	24,2%
Industrial	39	42	-7,1%	36	8,3%	75	93	-19,4%
Comercial	379	333	13,8%	405	-6,4%	785	820	-4,3%
Rural	42	41	2,4%	45	-6,7%	87	86	1,2%
Setor Público	311	303	2,6%	305	2,0%	615	639	-3,8%
Clientes Livres	718	559	28,4%	483	48,7%	1.202	1.236	-2,8%
Revenda	131	114	14,9%	84	56,0%	216	237	-8,9%
Consumo Próprio	5	5	-	5	-	11	20	-45,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	506	651	-22,3%	1.352	-62,6%	1.858	1.513	22,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	14,89%	20,54%	-5,65 p.p	32,32%	-17,43 p.p	24,51%	21,24%	3,27 p.p

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As perdas na distribuição em 2021 foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente de uma forma geral.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

## Comentário do Desempenho

### 4 INDICADORES OPERACIONAIS

#### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)	10,18	10,96	-7,1%	10,24	-0,6%	10,18	10,96	-7,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,71	6,86	-16,8%	6,06	-5,8%	5,71	6,86	-16,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	23,50%	21,97%	1,53 p.p	24,84%	-1,34 p.p	23,50%	21,97%	1,53 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	94,25%	95,71%	-1,46 p.p	93,59%	0,66 p.p	94,25%	95,71%	-1,46 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	270	257	5,1%	293	-7,8%	537	571	-6,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	282	303	-6,8%	311	-9,3%	282	303	-6,8%
PMSO (3)/Consumidor	132,14	65,25	>100,0%	122,82	7,6%	254,36	158,59	60,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.681	9.796	9,0%	9.635	10,9%	10.681	9.796	9,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

#### Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram significativa evolução no 2T21 em relação ao 2T20, com redução na ordem de 7,0% e 16,8% respectivamente. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal

reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 51,4 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema no 2T21, e no semestre, o volume investido foi de R\$ 79,4 milhões.

#### Disciplina de Mercado\*



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 23,50% no 2T21, um aumento 1,53 p.p. em relação às perdas registradas no 2T21, de 21,97%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão de consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo. Estas ações permitiram alavancar a efetividade para 99,38% em junho 21, um acréscimo de 0,76 p.p em relação ao 2T20. Nas ações de combate a fraudes de energia, a empresa aumentou em 12% o volume de ações de fiscalizações de medições executadas até junho 21 e pretende chegar a 30% de acréscimo durante o

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

## Comentário do Desempenho

ano de 2021, com objetivo de identificar e corrigir possíveis perdas de energia advindas de fraudes e avarias de equipamentos de medição.

No 2T21, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 46,0 milhões\*, e no semestre, R\$ 70,8 milhões.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Resultado

#### PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	2.888.977	2.216.191	30,4%	2.874.608	0,5%	5.763.585	4.743.008	21,5%
Deduções à Receita Operacional	(1.094.377)	(813.762)	34,5%	(1.079.629)	1,4%	(2.174.006)	(1.782.907)	21,9%
Receita Operacional Líquida	1.794.600	1.402.429	28,0%	1.794.979	-0,0%	3.589.579	2.960.101	21,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.849.348)	(1.284.863)	43,9%	(1.746.801)	5,9%	(3.596.149)	(2.732.402)	31,6%
<b>EBITDA(3)*</b>	<b>59.304</b>	<b>216.908</b>	<b>-72,7%</b>	<b>167.538</b>	<b>-64,6%</b>	<b>226.842</b>	<b>427.752</b>	<b>-47,0%</b>
Margem EBITDA*	3,30%	15,47%	-12,17 p.p	9,33%	-6,03 p.p	6,32%	14,45%	-8,13 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,93%	18,78%	-14,85 p.p	10,32%	-6,39 p.p	7,24%	17,19%	-9,95 p.p
EBIT(4)*	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
Margem EBIT*	-3,05%	8,38%	-11,43 p.p	2,68%	-5,73 p.p	-0,18%	7,69%	-7,87 p.p
Resultado Financeiro	2.680	(75.055)	<-100,0%	20.438	-86,9%	23.118	(151.800)	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(9.085)	(14.728)	-38,3%	(23.189)	-60,8%	(32.274)	(26.325)	22,6%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(61.153)</b>	<b>27.783</b>	<b>&lt;-100,0%</b>	<b>45.427</b>	<b>&lt;-100,0%</b>	<b>(15.726)</b>	<b>49.574</b>	<b>&lt;-100,0%</b>
Margem Líquida	-3,41%	1,98%	-5,39 p.p	2,53%	-5,94 p.p	-0,44%	1,67%	-2,11 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-4,05%	2,41%	-6,46 p.p	2,80%	-6,85 p.p	-0,50%	1,99%	-2,49 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(0,37)	0,17	<-100,0%	0,27	<-100,0%	(0,09)	0,30	<-100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço

### Receita Operacional Bruta

#### RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia	2.008.859	1.643.357	22,2%	2.375.600	-15,4%	4.384.459	3.716.752	18,0%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e	(6.701)	758	<-100,0%	(10.312)	-35,0%	(17.013)	(10.930)	55,7%
Subvenção baixa renda	12.436	27.108	-54,1%	12.092	2,8%	24.528	36.265	-32,4%
Subvenção de recursos da CDE	63.424	46.954	35,1%	54.748	15,8%	118.172	103.761	13,9%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.078.018	1.718.177	20,9%	2.432.128	-14,6%	4.510.146	3.845.848	17,3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	258.400	43.366	>100,0%	131.270	96,8%	389.670	(6.274)	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	259.829	182.821	42,1%	150.921	72,2%	410.750	381.997	7,5%
Receita de Construção	285.980	247.366	15,6%	171.684	66,6%	457.664	472.309	-3,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	53.708	-	-	-	-	53.708	-	-
Outras Receitas	(46.958)	24.461	<-100,0%	(11.395)	>100,0%	(58.353)	49.128	<-100,0%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.888.977</b>	<b>2.216.191</b>	<b>30,4%</b>	<b>2.874.608</b>	<b>0,5%</b>	<b>5.763.585</b>	<b>4.743.008</b>	<b>21,5%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio teve um aumento de 30,4% (R\$ 672,8 milhões) no 2T21 em relação ao 2T20. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,6 bilhões no 2T21, o que representa um aumento de 32,2% (R\$ 634,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,0 bilhões. Este resultado é devido, principalmente, aos seguintes efeitos:

- Efeito positivo pelo aumento no fornecimento de energia em R\$ 365,5 milhões, como resultado do maior volume de energia distribuída no mercado cativo (2.036 GWh no 2T21 contra 1.841 GWh no 2T20), além do maior mix tarifário, decorrente do aumento de tarifa, em março de 2021, com o efeito médio percebido pelos consumidores em 6,02%;
- Aumento em ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 215,0 milhões, como resultado de maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de 42,1% (R\$ 77,0 milhões) na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres – revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 no 2T20;
- Aumento de R\$ 53,7 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2T20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

## Comentário do Desempenho

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo(a):

- Redução de R\$ 71,4 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras amarela e vermelha, no 2T21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava no 2T20;
- Redução de 54,1%, ou R\$ 14,7 milhões em receita oriunda de subvenção baixa renda, relacionado às medidas aplicadas em 2020 pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia;

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 21,5%, ou R\$ 1.020,6 milhões, em relação ao primeiro semestre de 2020, totalizando R\$ 5,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 6M21, alcançou o montante de R\$ 5,31 bilhões, um aumento de R\$ 1.04 bilhão em relação aos 6M20, cujo montante foi de R\$ 4,27 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 667,7 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 6M20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (4.295 GWh no 6M21 vs. 4.115 GWh nos 6M20) além do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021.
- Aumento de R\$ 395,9 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento de R\$ 53,7 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 6M20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 107,5 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras amarela e vermelha, nos 6M21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava nos 6M20 (exceto em janeiro/20, quando estava vigente a bandeira amarela).

## Deduções da Receita

### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
ICMS	(649.222)	(470.257)	38,1%	(639.767)	1,5%	(1.288.989)	(1.061.463)	21,4%
PIS	(33.988)	(32.727)	3,9%	(45.764)	-25,7%	(79.752)	(71.381)	11,7%
COFINS	(156.550)	(150.743)	3,9%	(210.791)	-25,7%	(367.341)	(328.785)	11,7%
ISS	(1.270)	(1.159)	9,6%	(1.225)	3,7%	(2.495)	(2.164)	15,3%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(841.030)</b>	<b>(654.886)</b>	<b>28,4%</b>	<b>(897.547)</b>	<b>-6,3%</b>	<b>(1.738.577)</b>	<b>(1.463.793)</b>	<b>18,8%</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(236.287)	(145.407)	62,5%	(163.670)	44,4%	(399.957)	(290.401)	37,7%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(14.846)	(11.320)	31,1%	(16.200)	-8,4%	(31.046)	(24.538)	26,5%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSI	(2.214)	(2.149)	3,0%	(2.212)	0,1%	(4.426)	(4.175)	6,0%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(253.347)</b>	<b>(158.876)</b>	<b>59,5%</b>	<b>(182.082)</b>	<b>39,1%</b>	<b>(435.429)</b>	<b>(319.114)</b>	<b>36,4%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(1.094.377)</b>	<b>(813.762)</b>	<b>34,5%</b>	<b>(1.079.629)</b>	<b>1,4%</b>	<b>(2.174.006)</b>	<b>(1.782.907)</b>	<b>21,9%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As deduções da receita no 2T21 registraram aumento de 34,5%, R\$ 280,6 milhões em comparação com o 2T20. Os principais efeitos são apresentados a seguir: (i) o aumento de 28,4% (R\$ 186,1 milhões) no total de tributos, decorrente sobretudo do aumento da base de cálculo de ICMS, PIS e COFINS; e (ii) aumento de 59,5% (R\$ 94,5 milhões) em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pelo aumento de R\$ 90,9 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético, "CDE", em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador.

Nos 6M21, as deduções da receita totalizaram R\$ 2.174,0 milhões, contra R\$ 1.782,9 milhões nos 6M20, aumento de 21,9% ou R\$ 391,1 milhões, resultado, sobretudo, do aumento do total de tributos.

## Comentário do Desempenho

### Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

#### CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(781.920)	(659.008)	18,7%	(791.740)	-1,2%	(1.573.660)	(1.368.001)	15,0%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(198.196)	(140.373)	41,2%	(191.308)	3,6%	(389.504)	(283.529)	37,4%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(72.592)	48.611	<-100,0%	(105.954)	-31,5%	(178.546)	47.440	<-100,0%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(1.052.708)</b>	<b>(750.770)</b>	<b>40,2%</b>	<b>(1.089.002)</b>	<b>-3,3%</b>	<b>(2.141.710)</b>	<b>(1.604.090)</b>	<b>33,5%</b>
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>								
Pessoal	(35.608)	(32.186)	10,6%	(47.517)	-25,1%	(83.125)	(71.030)	17,0%
Material e Serviços de Terceiros	(131.173)	(127.694)	2,7%	(131.687)	-0,4%	(262.860)	(262.383)	0,2%
Depreciação e Amortização	(114.052)	(99.342)	14,8%	(119.360)	-4,4%	(233.412)	(200.053)	16,7%
Custo de Desativação de Bens	-	(9.487)	-100,0%	-	-	-	(21.803)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(140.140)	7.619	<-100,0%	(91.476)	53,2%	(231.616)	(37.259)	>100,0%
Custo de Construção	(285.980)	(247.366)	15,6%	(171.684)	66,6%	(457.664)	(472.309)	-3,1%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(3.337)	5.603	<-100,0%	(22.616)	-85,2%	(25.953)	(22.388)	15,9%
Recuperação de Perdas	-	-	-	-	-	-	13.882	-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(49.663)	(31.220)	59,1%	(39.805)	24,8%	(89.468)	(50.899)	75,8%
Receita de multa por impontualidade de clientes	1.231	15.514	-92,1%	1.129	9,0%	2.360	35.862	-93,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(37.918)	(15.534)	>100,0%	(34.783)	9,0%	(72.701)	(39.932)	82,1%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(796.640)</b>	<b>(534.093)</b>	<b>49,2%</b>	<b>(657.799)</b>	<b>21,1%</b>	<b>(1.454.439)</b>	<b>(1.128.312)</b>	<b>28,9%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(1.849.348)</b>	<b>(1.284.863)</b>	<b>43,9%</b>	<b>(1.746.801)</b>	<b>5,9%</b>	<b>(3.596.149)</b>	<b>(2.732.402)</b>	<b>31,6%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Os custos e despesas operacionais no 2T21 tiveram um incremento de 43,9% (R\$ 564,5 milhões) em relação ao 2T20. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão no 2T21, o que representa um aumento de 50,7% (R\$ 525,9 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1,1 bilhão, montante 40,2% (R\$ 301,9 milhões) superior ao registrado no 2T20 (R\$ 750,8 milhões). Os principais efeitos foram:

- aumento na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 122,9 milhões) decorrente, principalmente, de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior custo com risco hidrológico registrado no trimestre;
- aumento de R\$ 57,8 milhões em custos com Encargos do Uso do Sistema de Transmissão, decorrente, principalmente, do reajuste anual das transmissoras que ocorreu em julho/2020;
- aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (ESS), em um montante de R\$ 121,2 milhões, em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 2,1 bilhões, resultado 33,5% superior ao registrado no 2S20. Tal variação também é justificada pelos motivos explicados acima.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 2T21, apresentaram aumento de R\$ 223,9 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

## Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 147,8 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Aumento de R\$ 18,4 milhões em perda de recebíveis de clientes, devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Redução de R\$ 14,2 milhões em receita de multa por impontualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 1,4 bilhão, montante 151,9% superior que o valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção o aumento registrado foi de 151,9%, ou R\$ 340,8 milhões. A variação, total, explica-se pelo:

- Maior Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 194,4 milhões em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Aumento de R\$ 38,6 milhões em perda de recebíveis de clientes, devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Redução de R\$ 33,5 milhões em receita de multa por impontualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia.

### EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012: (EBITDA em 2021 foi impactado negativamente pela da Lei Estadual 8.769/20, que proibiu o corte de energia dos clientes inadimplentes, acarretando em um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa).

#### CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(61.153)	27.783	<-100,0%	45.427	<-100,0%	(15.726)	49.574	<-100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	9.085	14.728	-38,3%	23.189	-60,8%	32.274	26.325	22,6%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	(2.680)	75.055	<-100,0%	(20.438)	-86,9%	(23.118)	151.800	<-100,0%
(=) EBIT	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	114.052	99.342	14,8%	119.360	-4,4%	233.412	200.053	16,7%
(=) EBITDA	59.304	216.908	-72,7%	167.538	-64,6%	226.842	427.752	-47,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro\*

#### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
<b>Receitas Financeiras</b>								
Renda de Aplicação Financeira	909	1.554	-41,5%	1.897	-52,1%	2.806	2.114	32,7%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	7.841	7.672	2,2%	8.528	-8,1%	16.369	23.648	-30,8%
Variações monetárias	689	2.844	-75,8%	-	-	689	6.357	-89,2%
Ativo indenizável - Marcação a Mercado	80.944	(15.556)	<-100,0%	90.375	-10,4%	171.319	12.569	>100,0%
Variação cambial de dívidas	92.313	-	-	233.043	-60,4%	325.356	-	-
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.085)	-100,0%	-	-	-	1.551	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(103.339)	59.490	<-100,0%	394.827	<-100,0%	291.488	348.056	-16,3%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	2.881	1.353	>100,0%	7.542	-61,8%	10.423	8.901	17,1%
Outras receitas financeiras	3.864	1.637	>100,0%	2.807	37,7%	6.671	2.243	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.257)	(639)	96,7%	(488)	>100,0%	(1.745)	(1.618)	7,8%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>84.845</b>	<b>56.270</b>	<b>50,8%</b>	<b>738.531</b>		<b>823.376</b>	<b>403.821</b>	<b>&gt;100,0%</b>
<b>Despesas financeiras</b>								
Variação monetária de dívidas	(2.996)	-	-	(1.775)	68,8%	(4.771)	-	-
Variação cambial de dívidas	105.244	(73.180)	<-100,0%	(387.604)	<-100,0%	(282.360)	(345.097)	-18,2%
Dívida - Marcação a mercado	-	8.515	-100,0%	(2.158)	-100,0%	(2.158)	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(40.975)	(27.462)	49,2%	(32.755)	25,1%	(73.730)	(56.979)	29,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(17.876)	(10.322)	73,2%	(21.210)	-15,7%	(39.086)	(71.946)	-45,7%
Encargo de fundo de pensão	(9.730)	(7.374)	32,0%	(9.731)	-0,0%	(19.461)	(14.748)	32,0%
Juros debêntures	(8.460)	(13.139)	-	(5.236)	-	(13.696)	(31.195)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(98.741)	7.548	<-100,0%	(235.601)	-58,1%	(334.342)	(10.134)	>100,0%
Encargos com vendas de recebíveis	-	(37)	-100,0%	-	-	-	(37)	-100,0%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(1.412)	-	-	(15.091)	-90,6%	(16.503)	-	-
Outras despesas financeiras	(7.219)	(15.874)	-54,5%	(6.932)	4,1%	(14.151)	(25.485)	-44,5%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(82.165)</b>	<b>(131.325)</b>	<b>-37,4%</b>	<b>(718.093)</b>	<b>-88,6%</b>	<b>(800.258)</b>	<b>(555.621)</b>	<b>44,0%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>2.680</b>	<b>(75.055)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>	<b>20.438</b>	<b>-86,9%</b>	<b>23.118</b>	<b>(151.800)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O resultado financeiro líquido da Enel Distribuição Rio apresentou uma receita de R\$ 2,7 milhões, montante R\$ 77,7 milhões maior em relação ao registrado no 2T20, como consequência das seguintes variações relevantes: (i) maior receita de ativo indenizável no valor de R\$ 96,5 milhões, em razão, sobretudo, do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária e do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo; parcialmente compensado por (ii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 13,5 milhões entre os períodos e (iii) aumento de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 7,5 milhões.

No acumulado do ano, a receita financeira líquida da Companhia totalizou R\$ 23,1 milhões, resultado superior a despesa registrada nos 6M20 em R\$ 174,9 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) maior receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 158,8 milhões, (ii) menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 32,9 milhões; parcialmente compensado por (iii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 16,8 milhões entre os períodos.

### Tributos (IR/CSLL)

#### TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
IR e CSLL - correntes	(55.379)	-	-	(63.442)	-12,7%	(118.821)	-	-
IR e CSLL - diferidos	46.294	(14.728)	<-100,0%	40.253	15,0%	86.547	(26.325)	<-100,0%
<b>Total</b>	<b>(9.085)</b>	<b>(14.728)</b>	<b>-38,3%</b>	<b>(23.189)</b>	<b>-60,8%</b>	<b>(32.274)</b>	<b>(26.325)</b>	<b>22,6%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 2T21 registraram uma redução de R\$ 5,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na base de cálculo desses tributos. No acumulado do ano as despesas totais, líquidas, com IR, CSLL e Incentivos fiscais registraram aumento de R\$ 5,9 milhões.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

## Comentário do Desempenho

### Endividamento

#### INDICADORES DE ENVIDAMENTO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.661.060	4.094.375	13,8%	4.429.315	5,2%	4.661.060	3.858.060	20,8%
Dívida com Terceiros	2.582.029	2.983.514	-13,5%	2.605.661	-0,9%	2.582.029	2.868.104	-10,0%
Dívida Intercompany	2.079.031	1.110.861	87,2%	1.823.654	14,0%	2.079.031	989.956	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	328.789	309.578	6,2%	380.410	-13,6%	328.789	409.320	-19,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.332.271	3.784.797	14,5%	4.048.905	7,0%	4.332.271	3.448.740	25,6%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	4,22	3,47	21,6%	4,08	3,4%	4,22	3,47	21,6%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	3,93	3,20	22,8%	3,73	5,4%	3,93	3,20	22,8%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,56	0,53	5,7%	0,55	1,8%	0,56	0,53	5,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,54	0,51	5,9%	0,53	1,9%	0,54	0,51	6,3%

(1) Variação entre 2T21e 1T21(2) Variação entre 6M21e 6M20

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 567 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 2.614 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívida, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 980 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 784 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 166 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 2.082 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 125 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 2T21 com o custo médio de dívida no período de 4,16% a.a.\* , ou CDI + 1,48% a.a.

#### Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

#### Colchão de Liquidez\*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia do COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020 e 2021, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020 e, posteriormente, mais R\$ 600 milhões por meio do despacho Nº 902 de 30 de março de 2021, totalizando um montante de R\$ 3.300 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.080 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

#### Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 18 e 19 das Informações trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2021, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido na debênture de 10ª emissão da Enel Distribuição Rio.

## Comentário do Desempenho

### Cálculo dos Indicadores Financeiros\*

2T21

Lucro (prejuízo) Líquido	(16.376)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(32.845)
(-) Resultado Financeiro	(63.003)
(-) Provisões para Contingências	(26.827)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(528.192)
(-) Depreciação e Amortização	(468.841)
<b>EBITDA 12 Meses</b>	<b>1.103.332</b>

Empréstimos e Financiamentos	1.573.211
Debêntures	1.008.818
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	1.459.274
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	217.136
(-) Aplicações Financeiras	111.653
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>3.712.514</b>

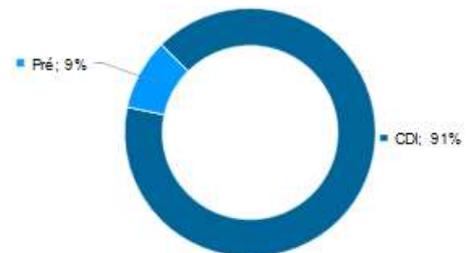
### Covenant Financeiro

<b>Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50</b>	<b>3,36</b>
--	-------------

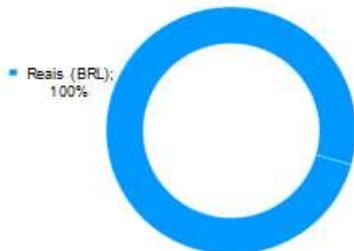
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP  
Posição Final em Jun/21



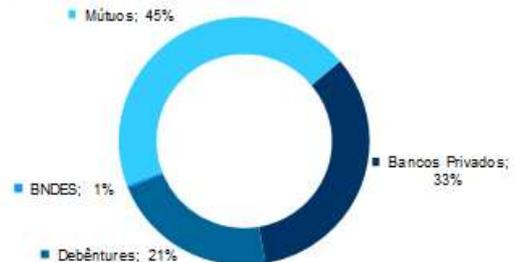
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores  
Posição Final em Jun/21



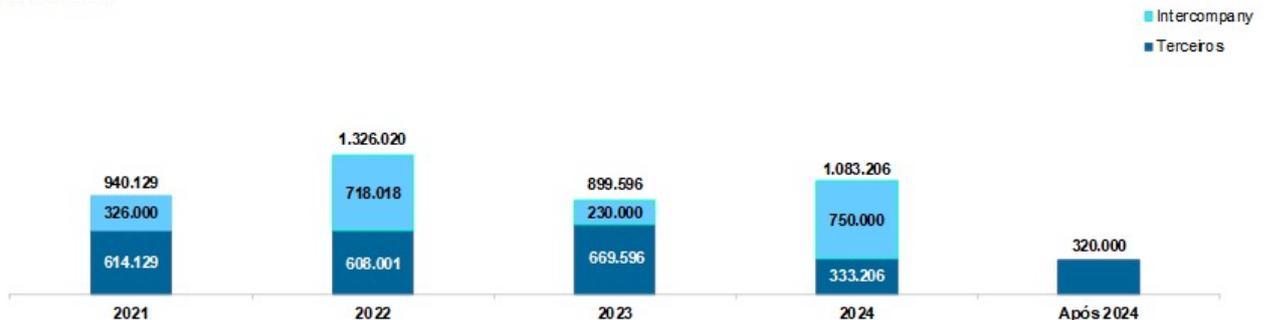
Abertura da Dívida Bruta - Moedas  
Posição Final em Jun/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor  
Posição Final em Jun/21



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)  
Posição Final em Jun/21



## Comentário do Desempenho

### INVESTIMENTOS

#### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Novas Conexões	119.326	66.616	79,1%	56.215	>100,0%	175.541	126.663	38,6%
Rede	97.464	100.625	-3,1%	52.871	84,3%	150.334	182.262	-17,5%
Combate às Perdas	46.018	44.864	2,6%	24.794	85,6%	70.813	69.060	2,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	20.643	52.259	-60,5%	19.801	4,3%	40.444	106.255	-61,9%
Adequação à carga	30.803	3.502	>100,0%	8.275	>100,0%	39.078	6.947	>100,0%
Outros	89.256	49.616	79,9%	29.895	>100,0%	119.151	90.403	31,8%
<b>Total Investido</b>	<b>306.046</b>	<b>216.857</b>	<b>41,1%</b>	<b>138.981</b>	<b>&gt;100,0%</b>	<b>445.026</b>	<b>399.328</b>	<b>11,4%</b>
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(2.016)	-100,0%	-	-	-	(2.358)	-100,0%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>306.046</b>	<b>214.841</b>	<b>42,5%</b>	<b>138.981</b>	<b>&gt;100,0%</b>	<b>445.026</b>	<b>396.970</b>	<b>12,1%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, a Companhia investiu R\$ 306,0 milhões, um aumento de 41,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. O foco dos investimentos foi na expansão por meio de novas conexões para acompanhar o crescimento vegetativo da área de concessão, além de atividades de adequação de infraestrutura e no combate às perdas. Na rubrica “outros”, destacam-se também o investimento em manutenção que aumentam a vida útil dos ativos (R\$ 35,2 milhões). No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 445,0 milhões, volume 11,4% maior comparado ao investido nos 6M20.

### 5 TEMAS RELEVANTES

#### Bandeiras Tarifárias vigentes

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

- De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- De 01/02/2017 a 30/04/2018 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);
- A partir de 01/05/2018 – A tarifa sofre redução e fica estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).
- A partir de 01/07/2019 –A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19)
- A partir de 01/11/19 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19)
- A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

- Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);
- De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.203/2017)
- De 01/11/2017 a 30/04/2018 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);

## Comentário do Desempenho

- A partir de 01/05/2018 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).
- A partir de 01/07/2019 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19)
- A partir de 01/11/19 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19)
- A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,942 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e no 1º trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84						

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

### Conta-Covid

## Comentário do Desempenho

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. Na tabela abaixo observa-se os repasses recebidos.

Despacho nº	Data	Empréstimo (R\$ milhões)
2.177	24/07/2020	302
2.353	11/08/2020	48
2.640	11/09/2020	67
2.914	09/10/2020	89
3.197	11/11/2020	38
3.940	10/12/2020	256

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

### Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 09 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>16,86%</b>
CVA Total	8,29%
Reversão Conta Covid	-14,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,71%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>-4,29%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>12,57%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>6,02%</b>

Parcela A

## Comentário do Desempenho

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 22,87%, representando 15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.086 milhões. Um aumento de 34,42%, representando 4,93% no reajuste econômico em função principalmente do encargo do PROINFA (23,97%);
- Energia Comprada: R\$ 2.561 milhões. O aumento de 10,92% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade e também da variação de preço da energia de Itaipu indexada em dólar. O aumento do custo de compra de energia representa 4,47% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 877 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 57,14%, correspondendo a um efeito de 5,65% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaca-se a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas de julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 5,06%, representando uma participação de 1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 28,94%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
- Fator X de 0,09 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 242 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 468 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 21,05 milhões, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 158,17 milhões e Neutralidade de R\$ 121,21 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 712,62 milhões.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	10,38%
Baixa Tensão	4,63%
Efeito Médio	6,02%

### Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração às ações de máximo esforço que a ENEL Rio tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.



## Notas Explicativas

# Formulário de Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio

CNPJ: 33.050.071/0001-58

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>30.06.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	217.136	566.686
Títulos e valores mobiliários	<b>6</b>	111.653	129.555
Consumidores e outras contas a receber	<b>7</b>	1.832.466	1.843.952
Subvenção CDE - desconto tarifário	<b>8</b>	21.546	22.015
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	<b>9</b>	81.178	38.044
Outros tributos compensáveis	<b>9</b>	140.657	142.473
Serviços em curso		44.019	41.256
Instrumentos financeiros derivativos - swap	<b>31</b>	132.224	330.288
Outros créditos		247.297	132.143
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.828.176</b>	<b>3.246.412</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores e outras contas a receber	<b>7</b>	29.557	44.444
Ativo financeiro setorial	<b>10</b>	126.889	-
Depósitos vinculados	<b>24</b>	265.588	257.473
Outros tributos compensáveis	<b>9</b>	3.314.159	106.522
Tributos e contribuições sociais diferidos	<b>30</b>	354.697	305.138
Instrumentos financeiros derivativos - swap	<b>31</b>	-	3.231
Ativo indenizável (concessão)	<b>11</b>	4.541.394	4.321.429
Imobilizado	<b>12</b>	94.312	101.701
Intangível	<b>13</b>	2.494.135	2.633.051
Ativos contratuais	<b>14</b>	944.440	619.469
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.165.171</b>	<b>8.392.458</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.993.347</b>	<b>11.638.870</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2021	31.12.2020
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	15	1.267.396	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	18	1.491.617	925.268
Obrigações por arrendamentos	20	14.023	15.018
Debêntures	19	9.712	5.987
Salários, provisões e encargos sociais		72.450	76.609
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	23.367	-
Outras obrigações fiscais	16	181.985	200.161
Passivo financeiro setorial	10	247.891	301.498
Dividendos a pagar		57.987	57.987
Encargos setoriais	21	100.162	39.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	38.702	103
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	176.304	179.662
Outras obrigações		80.716	108.903
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.762.312</b>	<b>2.996.435</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	18	2.212.321	2.681.857
Debêntures	19	999.106	998.943
Obrigações por arrendamentos	20	20.903	26.721
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	3.207.223	-
Passivo financeiro setorial	10	-	87.986
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	41.826	-
Encargos setoriais	21	29.262	50.654
Benefícios pós-emprego	23	435.506	590.246
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	630.586	605.629
Outras obrigações		6.992	9.164
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.583.725</b>	<b>5.051.200</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	25	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.068.340	1.068.340
Outros resultados abrangentes		73.212	1.411
Prejuízos acumulados		(15.726)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.647.310</b>	<b>3.591.235</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.993.347</b>	<b>11.638.870</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Notas	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Receita líquida</b>	<b>1.794.600</b>	<b>3.589.579</b>	<b>1.402.429</b>	<b>2.960.101</b>
<b>Custo do serviço</b>	<b>(1.611.910)</b>	<b>(3.170.139)</b>	<b>(1.236.577)</b>	<b>(2.563.593)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>182.690</b>	<b>419.440</b>	<b>165.852</b>	<b>396.508</b>
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(196.749)	(328.152)	(26.996)	(81.759)
Despesas gerais e administrativas	(41.894)	(100.339)	(37.223)	(126.052)
Outras receitas operacionais	1.205	2.481	15.933	39.002
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(237.438)</b>	<b>(426.010)</b>	<b>(48.286)</b>	<b>(168.809)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>	<b>(54.748)</b>	<b>(6.570)</b>	<b>117.566</b>	<b>227.699</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	84.845	823.376	56.270	403.821
Despesas financeiras	(82.165)	(800.258)	(131.325)	(555.621)
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>2.680</b>	<b>23.118</b>	<b>(75.055)</b>	<b>(151.800)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(52.068)</b>	<b>16.548</b>	<b>42.511</b>	<b>75.899</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(55.379)	(118.821)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.294	86.547	(14.728)	(26.325)
	<b>(9.085)</b>	<b>(32.274)</b>	<b>(14.728)</b>	<b>(26.325)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(61.153)</b>	<b>(15.726)</b>	<b>27.783</b>	<b>49.574</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em reais por ação)</b>	<b>(0,36699)</b>	<b>(0,09437)</b>	<b>0,16673</b>	<b>0,29750</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(61.153)</b>	<b>(15.726)</b>	<b>27.783</b>	<b>49.574</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	112.241	112.241	(50.759)	(50.759)
Tributos diferidos sobre Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(38.162)	(38.162)	17.258	17.258
	<b>74.079</b>	<b>74.079</b>	<b>(33.501)</b>	<b>(33.501)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	46.872	(3.452)	(7.837)	2.240
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(15.936)	1.174	2.664	(762)
	<b>30.936</b>	<b>(2.278)</b>	<b>(5.173)</b>	<b>1.478</b>
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b>43.862</b>	<b>56.075</b>	<b>(10.891)</b>	<b>17.551</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Lucros (prejuízos) acumulados		Outros resultados abrangentes
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>135.904</b>	<b>1.002.891</b>	<b>-</b>	<b>697</b>	<b>3.660.976</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	49.574	-	49.574
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(50.759)	(50.759)
Tributos diferidos sobre perda em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	17.258	17.258
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	2.240	2.240
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(762)	(762)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>135.904</b>	<b>1.002.891</b>	<b>49.574</b>	<b>(31.326)</b>	<b>3.678.527</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>138.350</b>	<b>929.990</b>	<b>-</b>	<b>1.411</b>	<b>3.591.235</b>
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(15.726)	-	(15.726)
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	112.241	112.241
Tributos diferidos sobre ganho em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(38.162)	(38.162)
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(3.452)	(3.452)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	1.174	1.174
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>138.350</b>	<b>929.990</b>	<b>(15.726)</b>	<b>73.212</b>	<b>3.647.310</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2021	30.06.2020
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.726)	49.574
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	321.084	23.377
Depreciação e amortização	249.227	214.910
Juros e variações monetárias	87.881	501.363
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	42.854	(337.923)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(10.423)	(8.901)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(171.319)	(12.569)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	5.273
Tributos e contribuições social diferidos	(86.547)	26.325
Perda de recebíveis de clientes	89.468	50.899
Provisões para processos judiciais e outros riscos	39.496	21.181
Obrigações com benefício pós-emprego	19.957	16.391
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores e outras contas a receber	(384.179)	(198.037)
Subvenção CDE - desconto tarifário	1.686	(25.117)
Ativos financeiros setoriais	(116.466)	49.502
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	6.425	(11.741)
Outros tributos compensáveis	(3.255.380)	(20.101)
Depósitos vinculados a litígios	(8.115)	144
Serviços em curso	(2.763)	(4.476)
Outros créditos	(115.154)	28.439
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	182.044	(105.071)
Salários, provisões e encargos sociais	(4.159)	17.153
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.367	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.207.223	-
Outras obrigações fiscais	76.653	55.339
Passivos financeiros setoriais	(141.593)	-
Encargos setoriais	36.680	10.411
Outras obrigações	(30.359)	(7.771)
	<b>41.862</b>	<b>338.574</b>
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(62.456)	(36.133)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(94.829)	(8.106)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(41.441)	(70.842)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	2.849	(5.231)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(56.983)	(63.793)
Pagamentos de juros de arrendamento	(1.336)	(1.643)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(212.334)</b>	<b>152.826</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(476.539)	(474.593)
Títulos e valores mobiliários	17.902	(18.679)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(458.637)</b>	<b>(493.272)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	910.000	301.332
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(814.331)	(76.077)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(6.813)	(3.230)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	232.565	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>321.421</b>	<b>222.025</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(349.550)</b>	<b>(118.421)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>217.136</b>	<b>184.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2021	30.06.2020
<b>1. RECEITAS</b>	<b>5.534.450</b>	<b>4.758.633</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>5.766.066</b>	<b>4.782.010</b>
Fornecimento de energia elétrica	5.305.921	4.270.699
Outras receitas	2.481	39.002
Receita relativa à construção de ativos próprios	457.664	472.309
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(231.616)	(23.377)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(3.222.066)</b>	<b>(2.597.961)</b>
Materiais	(406.470)	(207.684)
Outros custos operacionais	(185.463)	(136.238)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.346.264)	(1.747.582)
Serviços de terceiros	(283.869)	(506.457)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.312.384</b>	<b>2.160.672</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(249.227)</b>	<b>(214.910)</b>
Depreciação e amortização	(249.227)	(214.910)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>2.063.157</b>	<b>1.945.762</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>823.376</b>	<b>403.821</b>
Receitas financeiras	823.376	403.821
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>2.886.533</b>	<b>2.349.583</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2.886.533</b>	<b>2.349.583</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>109.235</b>	<b>92.616</b>
Remunerações	57.648	52.364
FGTS	3.198	2.794
Outros encargos sociais	4.374	3.613
Previdência privada	3.931	7.720
Auxílio-alimentação	7.200	11.656
Convênio assistencial e outros benefícios	18.847	5.606
Participação nos resultados	14.037	8.863
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>1.991.685</b>	<b>1.651.695</b>
<b>Federais</b>	<b>263.073</b>	<b>266.628</b>
Imposto de renda e contribuição social	32.274	26.325
COFINS	179.365	187.210
PIS	38.942	40.645
INSS	12.492	12.448
<b>Estaduais</b>	<b>1.288.989</b>	<b>1.061.501</b>
ICMS	1.288.989	1.061.463
Outros	-	38
<b>Municipais</b>	<b>4.194</b>	<b>4.452</b>
ISS	2.495	2.164
IPTU	1.536	1.366
Outros	163	922
<b>Encargos setoriais</b>	<b>435.429</b>	<b>319.114</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	399.957	290.401
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	31.046	24.538
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.426	4.175
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>801.339</b>	<b>555.698</b>
Juros	800.258	555.621
Aluguéis	1.081	77
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(15.726)</b>	<b>49.574</b>
Lucro (prejuízo) retido	(15.726)	49.574

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais

---

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município de Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Enel”), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Ampla é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

#### 1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

##### Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adotam o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

##### Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que,

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

#### **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

Ao término do primeiro semestre de 2021, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, quando comparados com o mesmo período do exercício anterior, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população ocasionados pela pandemia da COVID-19. No Estado do Rio de Janeiro isto foi agravado pelas restrições submetidas pela Lei Estadual nº8769/2020 de 23 de março de 2020, que impede à Companhia de realizar a desconexão dos clientes baixa tensão (residenciais, rurais e empresas de pequeno porte) em toda a área de concessão.

O CPC 39, Instrumentos Financeiros: Apresentação, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais). Tal impedimento perdurará até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo de alta tensão cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) e lei estadual 8769 não impede e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

#### **Medidas para o setor elétrico**

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de setembro de 2021, podendo ser prorrogadas ou antecipadas conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

### Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, cujas contribuições estão sob análise pela Agência. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 311.624, definido por meio do

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despacho nº 939/2021. A CEEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

#### Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

## 2. Apresentação das informações trimestrais

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 26 de julho de 2021.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

#### 2.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujos resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### 3. Reajuste tarifário anual

---

#### Reajuste tarifário anual de 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +6,02% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
<b>Parcela A</b>	<b>15,15%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>1,71%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>16,96%</b>
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>-4,29%</b>
<b>Índice de Reajuste Total</b>	<b>12,67%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
<b>Efeito Para o Consumidor</b>	<b>6,12%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e dos encargos com o PROINFA e TFSEE;
  - Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico;
  - Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico;
  - Receitas Irrecuperáveis - aumento de +0,19% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
  - Fator X de 0,09%, composto por:
    - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%;
    - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
    - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de -R\$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R\$ 467.594 positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais positivo de R\$ 118.840,

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobrecontratação positiva de R\$ 21.045, Reversão Efeito Conta-COVID negativo de -R\$ 806.237, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 158.170.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente.

#### 4. Principais mudanças nas políticas contábeis

---

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

##### 4.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

##### 4.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

###### 4.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforme se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge*
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

#### 4.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	<b>46.665</b>	<b>58.991</b>
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	60.287	305.345
Operações compromissadas	104.705	196.421
	<b>164.992</b>	<b>501.766</b>
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos *	5.479	5.925
Operações compromissadas	-	4
Total de fundos de investimento não exclusivos	<b>5.479</b>	<b>5.929</b>
<b>Total</b>	<b>217.136</b>	<b>566.686</b>

\* Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 30 de junho de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

**6. Títulos e valores mobiliários**

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	<b>103.604</b>	<b>92.646</b>
Fundos de investimentos exclusivos	<b>8.049</b>	<b>36.909</b>
Títulos públicos	12	31.397
LF - Letra Financeira	8.037	5.512
<b>Total</b>	<b>111.653</b>	<b>129.555</b>

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 21,52% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de junho de 2021 (7,11% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2021.

**7. Consumidores e outras contas a receber**

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	30.06.2021
<b>Classes de consumidores:</b>				
Residencial	191.539	351.955	1.173.566	<b>1.717.060</b>
Industrial	31.606	7.832	49.937	<b>89.375</b>
Comercial	84.338	52.177	195.389	<b>331.904</b>
Rural	5.716	8.333	16.084	<b>30.133</b>
Poder público	37.894	29.922	120.486	<b>188.302</b>
Iluminação pública	32.989	23.379	114.512	<b>170.880</b>
Serviço público	26.173	1.166	4.794	<b>32.133</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>410.255</b>	<b>474.764</b>	<b>1.674.768</b>	<b>2.559.787</b>
Receita não faturada	332.368	-	-	<b>332.368</b>
Parcelamento de débitos	154.987	-	-	<b>154.987</b>
Compartilhamento - uso mútuo	19.561	6.242	31.430	<b>57.233</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	925	160	4.342	<b>5.427</b>
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	<b>4.136</b>
<b>Subtotal</b>	<b>918.096</b>	<b>481.166</b>	<b>1.714.676</b>	<b>3.113.938</b>
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(31.242)	(63.779)	(1.156.894)	<b>(1.251.915)</b>
<b>Total</b>	<b>886.854</b>	<b>417.387</b>	<b>557.782</b>	<b>1.862.023</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.832.466</b>
<b>Não circulante</b>				<b>29.557</b>

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2020
<b>Classes de consumidores:</b>				
Residencial	267.446	290.859	951.784	<b>1.510.089</b>
Industrial	76.409	10.611	53.078	<b>140.098</b>
Comercial	134.993	56.403	172.807	<b>364.203</b>
Rural	6.913	7.014	12.022	<b>25.949</b>
Poder público	44.227	24.629	98.822	<b>167.678</b>
Iluminação pública	35.623	28.631	92.110	<b>156.364</b>
Serviço público	27.762	1.030	3.584	<b>32.376</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>593.373</b>	<b>419.177</b>	<b>1.384.207</b>	<b>2.396.757</b>
Receita não faturada	304.475	-	-	<b>304.475</b>
Parcelamento de débitos	158.257	-	-	<b>158.257</b>
Compartilhamento - uso mútuo	4.509	9.436	29.094	<b>43.039</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	-	806	1.256	<b>2.062</b>
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	<b>4.136</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.060.614</b>	<b>429.419</b>	<b>1.418.693</b>	<b>2.908.726</b>
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(25.484)	(39.414)	(955.432)	<b>(1.020.330)</b>
<b>Total</b>	<b>1.035.130</b>	<b>390.005</b>	<b>463.261</b>	<b>1.888.396</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.843.952</b>
<b>Não circulante</b>				<b>44.444</b>

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	30.06.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(321.053)	89.468	(1.251.915)
Outros ativos	(23.529)	(31)	-	(23.560)
	<b>(1.043.859)</b>	<b>(321.084)</b>	<b>89.468</b>	<b>(1.275.475)</b>
Circulante	(1.038.494)			(1.271.339)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
<b>Total</b>	<b>(1.043.859)</b>			<b>(1.275.475)</b>

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	01.01.2020 a 30.06.2020
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(84.620)	49.422	(885.190)
Outros ativos	(11.600)	(3.538)	1.477	(13.661)
	<b>(861.592)</b>	<b>(88.158)</b>	<b>50.899</b>	<b>(898.851)</b>
Circulante	(817.914)			(856.412)
Não Circulante	(43.678)			(42.439)
<b>Total</b>	<b>(861.592)</b>			<b>(898.851)</b>

O aumento na perda esperada no semestre findo em 30 de junho de 2021 está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo realização de negociações de dívidas vencidas há mais de 120 dias, com consumidores das classes Industrial e Comercial. Assim que restabelecido, o direito de a Companhia realizar ações de corte de fornecimento de energia, temporariamente suspensos, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, à Companhia irá atualizar a sua estimativa de perda futura que deverá resultar em projeções que refletem em uma menor expectativa de perda futura.

A Companhia, com base na sua melhor estimativa, refletiu os impactos das restrições a que foi submetida pela resolução Aneel 878/20, e alterações posteriores, e a Lei Estadual 8769 de 23 de março de 2020, em vigor. Estas regras impedem à Companhia de realizar a desconexão dos clientes baixa tensão (residenciais, rurais e empresas de pequeno porte) em toda a área de concessão da Enel RJ. Sendo este o principal instrumento de recuperação de débitos não pagos, a inadimplência reflete os efeitos danosos que a ausência desta etapa trouxe à Companhia. Não obstante, a Companhia, intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo realização de negociações de dívidas vencidas a mais de 120 dias, com consumidores das classes Industrial e Comercial. A Companhia irá envidar todos os esforços no sentido de buscar a recomposição econômica financeira relacionada a estes efeitos.

A seguir é apresentado a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa de consumidores e outras contas a receber.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
Residencial	(908.909)	(746.130)
Industrial	(49.461)	(51.739)
Comercial	(154.900)	(131.949)
Rural	(11.435)	(7.407)
Poder público	(51.069)	(17.891)
Iluminação pública	(40.779)	(20.002)
Serviço público	(5.846)	(4.274)
Parcelamento de débitos de consumidores	(3.903)	(12.272)
Outros	(25.613)	(28.666)
	<b>(1.251.915)</b>	<b>(1.020.330)</b>

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	30.06.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsidio CDE	2.898	2.547
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	4.320	18.835
CDE a receber - diferença ciclo anterior	14.328	633
	<b>21.546</b>	<b>22.015</b>

Em dezembro de 2020 e junho de 2021, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsidio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

**9. Tributos a compensar**

	30.06.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda	898	1.560
Contribuição social	1.401	1.648
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	78.879	34.836
<b>Total</b>	<b>81.178</b>	<b>38.044</b>

- a) A variação entre os períodos se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações dos instrumentos financeiros derivativos.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (b)	121.654	106.936	92.524	106.522
PIS e COFINS	17.113	-	20.983	-
PIS e COFINS (ICMS) (c)	-	3.207.223	-	-
Outros tributos (d)	1.890	-	28.966	-
<b>Total</b>	<b>140.657</b>	<b>3.314.159</b>	<b>142.473</b>	<b>106.522</b>

- b) Em 30 de junho, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R\$ 116.135 (R\$ 120.116 em dezembro de 2020) referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.918 (R\$ 14.918 em dezembro de 2020) aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018 (R\$ 23.789 em dezembro de 2020), R\$ 17.587 (R\$ 4.857 em dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 24.730 (R\$ 24.730 em dezembro de 2020) ao pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio, R\$ 18.477 (R\$ 10.181 em dezembro de 2020) de Incentivos culturais, R\$ 12.954 refere-se a créditos indevidos contabilizados na conta do ICMS no momento do ingresso da nota fiscal e que serão estornados e outros no valor de (R\$455 em dezembro de 2020).
- c) A Companhia amparada pela a descisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota 17) na melhor estimativa constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ R\$ 3.207.223 no longo prazo em 30 de junho de 2021.

A Companhia entende que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, após o trânsito em julgado de seu processo judicial (vide nota 17).

- d) A rubrica de outros tributos é composta principalmente pelo FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado, sendo compensado em abril de 2021 o montante de R\$ 27.113.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo Circulante	Ativo Não circulante
<b>CVA</b>	<b>(91.719)</b>	<b>424.601</b>	<b>(78.378)</b>	<b>(24.533)</b>	<b>634</b>	<b>(19.991)</b>	<b>210.614</b>	<b>(56.160)</b>	<b>266.774</b>	<b>22.044</b>	<b>188.570</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(116.523)	171.580	(111.987)	35.610	3.074	17.138	(1.108)	(106.838)	105.730	(75.844)	74.736
Proinfa	2.182	2.946	(274)	-	18	(1.036)	3.836	3.836	-	3.836	-
Transporte rede básica	9.713	52.647	(8.327)	-	(186)	(9.353)	44.494	(8.814)	53.308	6.813	37.681
Transporte de energia - Itaipu	232	5.559	(2.520)	-	161	524	3.956	(1.639)	5.595	1	3.955
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.391	154.581	28.807	(60.143)	(1.216)	(10.218)	113.202	31.122	82.080	55.184	58.018
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	37.288	15.923	-	(1.217)	(17.046)	46.234	26.173	20.061	32.054	14.180
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(297.765)</b>	<b>(130.951)</b>	<b>174.398</b>	<b>(90.575)</b>	<b>(6.714)</b>	<b>19.991</b>	<b>(331.616)</b>	<b>(244.355)</b>	<b>(87.261)</b>	<b>(269.935)</b>	<b>(61.681)</b>
Neutralidade da parcela A	61.398	(3.539)	(16.539)	-	(779)	(12.987)	27.554	38.657	(11.103)	35.402	(7.848)
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(28.721)	38.220	(90.575)	(2.793)	58.566	(57.295)	(51.157)	(6.138)	(52.957)	(4.338)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(14.407)	14.624	-	(1.057)	-	(30.198)	(19.706)	(10.492)	(22.781)	(7.417)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	65.381	-	-	-	(62.413)	(62.413)	-	(62.413)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(86.981)	98.378	-	(1.991)	-	(208.778)	(142.497)	(66.281)	(161.927)	(46.851)
Outros	48.165	2.697	(25.666)	-	(94)	(25.588)	(486)	(7.239)	6.753	(5.259)	4.773
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(389.484)</b>	<b>293.650</b>	<b>96.020</b>	<b>(115.108)</b>	<b>(6.080)</b>	<b>-</b>	<b>(121.002)</b>	<b>(300.515)</b>	<b>179.513</b>	<b>(247.891)</b>	<b>126.889</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
<b>CVA</b>	<b>237.986</b>	<b>106.987</b>	<b>(169.973)</b>	<b>(33.767)</b>	<b>5.023</b>	-	<b>146.256</b>	<b>164.436</b>	<b>(18.180)</b>	<b>159.108</b>	<b>(12.852)</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg)	390.141	199.638	(231.836)	(33.767)	12.004	-	<b>336.180</b>	255.203	80.977	278.944	57.236
Proinfa	(1.109)	(2.214)	676	-	(59)	-	<b>(2.706)</b>	(2.708)	2	(2.706)	-
Transporte rede básica	29.316	6.529	(10.892)	-	618	-	<b>25.571</b>	19.991	5.580	21.627	3.944
Transporte de energia - Itaipu	8.765	3.181	(3.841)	-	148	-	<b>8.253</b>	5.055	3.198	5.993	2.260
ESS	(116.031)	(94.388)	60.646	-	(3.017)	-	<b>(152.790)</b>	(68.502)	(84.288)	(93.211)	(59.579)
CDE	(73.096)	(5.759)	15.274	-	(4.671)	-	<b>(68.252)</b>	(44.603)	(23.649)	(51.539)	(16.713)
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>(73.466)</b>	<b>(37.078)</b>	<b>93.790</b>	-	<b>3.878</b>	<b>(9.461)</b>	<b>(22.337)</b>	<b>(64.456)</b>	<b>42.119</b>	<b>(52.111)</b>	<b>29.774</b>
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	7.601	38.061	688	-	802	-	<b>47.152</b>	(11.160)	58.312	5.934	41.218
Sobrecontratação de energia	(29.733)	5.102	63.546	-	(1.527)	(14.913)	<b>22.475</b>	(50.563)	73.038	(29.152)	51.627
Devoluções tarifárias	(41.530)	(13.870)	12.921	-	(283)	14.989	<b>(27.773)</b>	(19.083)	(8.690)	(21.631)	(6.142)
Risco hidrológico	(151.012)	(109.276)	69.868	-	(1.607)	(389)	<b>(192.415)</b>	(83.894)	(108.521)	(133.114)	(59.300)
Outros	131.942	42.905	(53.233)	-	6.493	118	<b>128.224</b>	100.244	27.980	125.852	2.371
<b>Total ativo (passivo) regulatório líquido</b>	<b>164.520</b>	<b>69.909</b>	<b>(76.183)</b>	<b>(33.767)</b>	<b>8.901</b>	<b>(9.461)</b>	<b>123.919</b>	<b>99.980</b>	<b>23.939</b>	<b>106.997</b>	<b>16.922</b>

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente ao aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com um aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), compensado pela redução da taxa de câmbio de energia Itaipu, que no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 4,95.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Ativo indenizável (concessão)**

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<b>Ativo indenizável</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.613.155</b>
Transferências do ativo contratual	136.339
Marcação a mercado	12.569
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>3.762.063</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.321.429</b>
Transferências do ativo contratual	48.646
Marcação a mercado	171.319
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>4.541.394</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

**12. Imobilizado**

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Depreciação / Amortização	Baixa	30.06.2021
<b>Imobilizado em serviço</b>				
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	675	-	-	675
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	138.776
Móveis e utensílios	42.040	-	-	42.040
<b>Subtotal</b>	<b>181.491</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>181.491</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	(129)	(195)	-	(324)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	(1.731)	-	(103.651)
Móveis e utensílios	(23.297)	(994)	-	(24.291)
<b>Subtotal</b>	<b>(125.346)</b>	<b>(2.920)</b>	<b>-</b>	<b>(128.266)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>				
Máquinas e equipamentos	5.544	-	(13)	5.531
Móveis e utensílios	6.932	-	-	6.932
<b>Subtotal</b>	<b>12.476</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>12.463</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>68.621</b>	<b>(2.920)</b>	<b>(13)</b>	<b>65.688</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Terrenos	637	(81)	-	556
Imóveis	32.443	(4.375)	-	28.068
<b>Subtotal</b>	<b>33.080</b>	<b>(4.456)</b>	<b>-</b>	<b>28.624</b>
<b>Total</b>	<b>101.701</b>	<b>(7.376)</b>	<b>(13)</b>	<b>94.312</b>

	31.12.2019	Depreciação / Amortização	Adição	Baixas	Remensuração	Transferência	30.06.2020
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	675	-	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	(1.131)	-	750	129.847
Móveis e utensílios	36.212	-	-	-	-	1.534	37.746
<b>Subtotal</b>	<b>167.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.131)</b>	<b>-</b>	<b>2.284</b>	<b>168.268</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	(87)	(21)	-	-	-	-	(108)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	(3.668)	-	1.131	-	-	(98.550)
Móveis e utensílios	(20.719)	(1.163)	-	-	-	-	(21.882)
<b>Subtotal</b>	<b>(116.819)</b>	<b>(4.852)</b>	<b>-</b>	<b>1.131</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(120.540)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Máquinas e equipamentos	6.411	-	750	-	-	(750)	6.411
Móveis e utensílios	6.932	-	1.534	-	-	(1.534)	6.932
<b>Subtotal</b>	<b>13.343</b>	<b>-</b>	<b>2.284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.284)</b>	<b>13.343</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>63.639</b>	<b>(4.852)</b>	<b>2.284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.071</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	938	(136)	-	-	(39)	-	763
Imóveis	41.069	(4.820)	300	-	492	-	37.041
Veículos e outros meios de transporte	1.247	(831)	-	-	-	-	416
<b>Subtotal</b>	<b>43.254</b>	<b>(5.787)</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>453</b>	<b>-</b>	<b>38.220</b>
<b>Total</b>	<b>106.893</b>	<b>(10.639)</b>	<b>2.584</b>	<b>-</b>	<b>453</b>	<b>-</b>	<b>99.291</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,83
Imóveis	2,75
Veículos e outros meios de transporte	0,08

## 13. Intangível

	30.06.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>				
Direito de uso da concessão	6.257.820	(3.810.337)	(131.013)	2.316.470
Software	401.533	(225.774)	-	175.759
Bens de renda	20.054	(18.148)	-	1.906
<b>Total</b>	<b>6.679.407</b>	<b>(4.054.259)</b>	<b>(131.013)</b>	<b>2.494.135</b>

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.246.237</b>	<b>(3.437.577)</b>	<b>(158.944)</b>	<b>2.649.716</b>
Baixas	(7.206)	1.933	-	(5.273)
Amortização	-	(213.587)	9.316	(204.271)
Transferência dos ativos contratuais	73.134	-	-	73.134
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>6.312.165</b>	<b>(3.649.231)</b>	<b>(149.628)</b>	<b>2.513.306</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.576.472</b>	<b>(3.803.109)</b>	<b>(140.312)</b>	<b>2.633.051</b>
Amortização	-	(251.150)	9.299	(241.851)
Transferência dos ativos contratuais	102.935	-	-	102.935
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>6.679.407</b>	<b>(4.054.259)</b>	<b>(131.013)</b>	<b>2.494.135</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

**14. Ativos Contratuais**

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Em 30 de junho de 2021 os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,09% a.a. ( Em 31 de dezembro de 2020 de 4,27% a.a.)

	30.06.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Em Curso</b>			
Direito de uso da concessão	950.741	(101.993)	848.748
Software	95.692	-	95.692
<b>Total</b>	<b>1.046.433</b>	<b>(101.993)</b>	<b>944.440</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	901.918	(100.841)	801.077
Adições	472.367	(1.152)	<b>471.215</b>
Capitalização de juros de empréstimos	1.094	-	<b>1.094</b>
Transferências para ativo intangível	(73.134)	-	<b>(73.134)</b>
Transferências para ativo indenizável	(136.339)	-	<b>(136.339)</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.165.906</b>	<b>(101.993)</b>	<b>1.063.913</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>721.462</b>	<b>(101.993)</b>	<b>619.469</b>
Adições	476.274	-	<b>476.274</b>
Capitalização de juros de empréstimos	278	-	<b>278</b>
Transferências para ativo intangível	(102.935)	-	<b>(102.935)</b>
Transferências para ativo indenizável	(48.646)	-	<b>(48.646)</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.046.433</b>	<b>(101.993)</b>	<b>944.440</b>

## 15. Fornecedores e outras contas a pagar

	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>		
Compra de Energia	457.901	504.735
Compra de Energia com partes relacionadas	2.180	1.292
Encargo de Uso da Rede	138.277	198.086
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	410	418
<b>Total energia</b>	<b>598.768</b>	<b>704.531</b>
Materiais e serviços	557.767	291.569
Materiais e serviços com partes relacionadas	110.861	89.252
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.267.396</b>	<b>1.085.352</b>

## 16. Obrigações fiscais

	30.06.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ (a)	17.105	-
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	6.262	-
<b>Total</b>	<b>23.367</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
<b>Obrigações fiscais federais</b>		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	25.500	43.824
Programa de integração social - PIS	5.488	9.379
INSS s/ terceiros	8.807	7.253
Outros tributos e contribuições	6.160	7.508
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>45.955</b>	<b>67.964</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	116.761	128.233
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>116.761</b>	<b>128.233</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>		
Imposto sobre serviços - ISS (c)	9.515	1.755
Outros tributos e contribuições	9.754	2.209
<b>Subtotal - municipais</b>	<b>19.269</b>	<b>3.964</b>
<b>Total circulante - outros tributos a pagar</b>	<b>181.985</b>	<b>200.161</b>

- a) O saldo em 30 de junho de 2021 é composto substancialmente por provisões para imposto de renda no montante de R\$87.019 e contribuição social de R\$31.446 a pagar, líquido das antecipações de R\$ 69.016 para imposto de renda e R\$ 25.184 de contribuição social, referente Base Fiscal positiva do 2º trimestre de 2021 após a compensação do prejuízo fiscal sobre base negativa acumulado de períodos anteriores.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.

**b.1) Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS)**

Foi verificado no faturamento de alguns clientes, do período de Jan/18 a Dez/20, uma base de cálculo de ICMS incorreta. Com isto, foi cobrado destes clientes e pago ao Estado do Rio de Janeiro valor de ICMS inferior ao devido. Assim foi indicado o pagamento do imposto, o qual foi realizado por meio de adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS) que prevê a redução de penalidades. A adesão foi realizada para parcelamento em 6 vezes, com redução de 80% da multa. O valor do débito parcelado foi no montante total de R\$ 13.222 e a Companhia já pagou 3 parcelas no total de R\$ 6.666.

- c) O saldo em 30 de junho de 2021 é composto, basicamente, pela provisão do imposto sobre serviços das notas fiscais ingressadas e faturadas nos meses de maio e junho e que está sendo recolhido aos municípios ao longo do mês de julho. Isto porque, devido a alteração da versão do SAP, o fluxo do processo de notas fiscais foi impactado no primeiro trimestre do ano, gerando um aumento significativo de ingressos a partir de abril.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

---

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. Ainda não houve a publicação do acórdão.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal interpôs apelação e o Tribunal negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Foram opostos embargos de declaração pela União Federal, os quais foram improvidos pelo Tribunal. A União Federal interpôs recursos especial e extraordinário, que aguardam julgamento.

Considerando a decisão de 13 de maio de 2021 do STF no tema de repercussão geral, avalia-se que o processo judicial ora em comento deixou de enquadrar-se no conceito de ativo contingente, passando a ser praticamente certa a realização do seu ganho, sendo adequado o seu reconhecimento contábil.

Por essa razão, a Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais de R\$ 3.207.223 por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, após o trânsito em julgado de seu processo judicial. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo não circulante</u>	9	3.207.223	-
<b>Total do ativo</b>		<b>3.207.223</b>	<b>-</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo não circulante</u>	17	3.207.223	-
<b>Total do passivo</b>		<b>3.207.223</b>	<b>-</b>
		<b>30.06.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Resultado</b>			
<b>Receita operacional bruta</b>			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	27	(2.055.395)	-
PIS/COFINS - tributo a compensar	27	2.055.395	-
<b>Impacto líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		1.151.828	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(1.151.828)	-
<b>Impacto líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-
Constituição	2.055.396	2.054.593
Atualização	1.151.828	1.151.828
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>3.207.224</b>	<b>3.206.421</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação, com exceção do empréstimo com o Citibank que tem seu valor justo por meio do resultado (existe um instrumento de proteção classificado como *fair value hedge*, contrato encerrado em 29 de março de 2021).

	30.06.2021							31.12.2020						
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
<b>Moeda estrangeira:</b>														
Citibank N.A. (II)	-	-	-	-	-	-	-	36	501.246	501.282	-	-	-	501.282
Itaú BBA International PLC	7.697	373.941	381.638	-	-	-	381.638	8.180	392.975	401.155	-	-	-	401.155
Scotiabank 4131 III	1.052	-	1.052	-	182.472	182.472	183.524	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 IV	525	-	525	-	109.483	109.483	110.008	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 V	908	325.746	326.654	-	-	-	326.654	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	62	-	62	-	193.922	193.922	193.984	74	-	74	-	203.792	203.792	203.866
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>10.244</b>	<b>699.687</b>	<b>709.931</b>	<b>-</b>	<b>485.877</b>	<b>485.877</b>	<b>1.195.808</b>	<b>8.290</b>	<b>894.221</b>	<b>902.511</b>	<b>-</b>	<b>203.792</b>	<b>203.792</b>	<b>1.106.303</b>
<b>Moeda nacional:</b>														
<b>Financiamentos</b>														
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	20	8.257	8.277	-	7.569	7.569	15.846	26	8.257	8.283	-	11.697	11.697	19.980
BNP PARIBAS 4131	13.253	400.000	413.253	-	-	-	413.253	13.720	-	13.720	-	400.000	400.000	413.720
<b>Financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>13.273</b>	<b>408.257</b>	<b>421.530</b>	<b>-</b>	<b>7.569</b>	<b>7.569</b>	<b>429.099</b>	<b>13.746</b>	<b>8.257</b>	<b>22.003</b>	<b>-</b>	<b>411.697</b>	<b>411.697</b>	<b>433.700</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>														
Enel Brasil Mútuo Subordinado 52, 54 e 55 (vide nota 22)	-	-	-	15.739	604.018	619.757	619.757	-	-	-	-	202.598	202.598	202.598
Enel Brasil Mútuo 55 (vide nota 22)	14.637	326.000	340.637	5.118	114.000	119.118	459.755	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770	1.113.770
Enel Finance International N.V.	17.181	-	17.181	-	750.000	750.000	767.181	754	-	754	-	750.000	750.000	750.754
Enel Finance International N.V. II	2.338	-	2.338	-	230.000	230.000	232.338	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>34.156</b>	<b>326.000</b>	<b>360.156</b>	<b>20.857</b>	<b>1.698.018</b>	<b>1.718.875</b>	<b>2.079.031</b>	<b>754</b>	<b>-</b>	<b>754</b>	<b>17.853</b>	<b>2.048.515</b>	<b>2.066.368</b>	<b>2.067.122</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional</b>	<b>47.429</b>	<b>734.257</b>	<b>781.686</b>	<b>20.857</b>	<b>1.705.587</b>	<b>1.726.444</b>	<b>2.508.130</b>	<b>14.500</b>	<b>8.257</b>	<b>22.757</b>	<b>17.853</b>	<b>2.460.212</b>	<b>2.478.065</b>	<b>2.500.822</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>57.673</b>	<b>1.433.944</b>	<b>1.491.617</b>	<b>20.857</b>	<b>2.191.464</b>	<b>2.212.321</b>	<b>3.703.938</b>	<b>22.790</b>	<b>902.478</b>	<b>925.268</b>	<b>17.853</b>	<b>2.664.004</b>	<b>2.681.857</b>	<b>3.607.125</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.036.946</b>	<b>419.954</b>	<b>223.857</b>	<b>695.310</b>	<b>2.376.067</b>
Captações	51.332	100.000	150.000	-	301.332
Encargos provisionados	21.932	16.895	18.152	-	56.979
Encargos pagos	(18.200)	-	(16.053)	-	(34.253)
Variação monetária e cambial	-	-	237.753	107.344	345.097
Transferências	(989.838)	989.838	391.160	(391.160)	-
Amortizações	(76.077)	-	-	-	(76.077)
Juros incorporados ao principal	(4.011)	-	-	-	(4.011)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.551)	-	(1.551)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>22.084</b>	<b>1.526.687</b>	<b>1.003.318</b>	<b>411.494</b>	<b>2.963.583</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>22.757</b>	<b>2.478.065</b>	<b>902.511</b>	<b>203.792</b>	<b>3.607.125</b>
Captações	-	230.000	360.000	320.000	910.000
Encargos provisionados	39.065	20.585	12.376	1.704	73.730
Encargos pagos	(20.576)	-	(11.172)	-	(31.748)
Variação monetária e cambial	-	-	(4.836)	(38.160)	(42.996)
Transferências	1.002.206	(1.002.206)	1.459	(1.459)	-
Amortizações	(261.766)	-	(552.565)	-	(814.331)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>781.686</b>	<b>1.726.444</b>	<b>709.931</b>	<b>485.877</b>	<b>3.703.938</b>

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.06.2021				
2022	2023	2024	2025	Total não Circulante
916.068	233.440	750.000	291.956	2.191.464

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

**(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2021:**

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
EF1 - Credit Agreement II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A

**(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2021:**

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú BBA Internacional PLC	250.000	05/07/2017	05/07/2021	4,21%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Fiança
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Receíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com o Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no semestre findo em 30 de junho de 2021.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Itaú BBA.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Total	Principal		Encargos	Total	Principal	
1ª série - 10ª emissão	9.712	9.712	1.000.000	1.009.712	5.987	5.987	1.000.000	1.005.987
(-) Custo de transação	-	-	(894)	(894)	-	-	(1.057)	(1.057)
<b>Total de debêntures</b>	<b>9.712</b>	<b>9.712</b>	<b>999.106</b>	<b>1.008.818</b>	<b>5.987</b>	<b>5.987</b>	<b>998.943</b>	<b>1.004.930</b>

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>615.915</b>	<b>998.618</b>	<b>1.614.533</b>
Encargos provisionados	31.195	-	31.195
Encargos pagos	(37.683)	-	(37.683)
Apropriação custo de transação	519	162	681
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>609.946</b>	<b>998.780</b>	<b>1.608.726</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.987</b>	<b>998.943</b>	<b>1.004.930</b>
Encargos provisionados	13.696	-	13.696
Encargos pagos	(9.971)	-	(9.971)
Apropriação custo de transação	-	163	163
<b>Em 30 de junho de 2021</b>	<b>9.712</b>	<b>999.106</b>	<b>1.008.818</b>

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	(256)	(511)	(127)	(894)
<b>Total a amortizar</b>	<b>(256)</b>	<b>666.156</b>	<b>333.206</b>	<b>999.106</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 10ª emissão	1.000.000	15/04/2019	15/03/2023	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, os quais foram atingidos no semestre findo em 30 de junho de 2021.

10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- Endividamento financeiro líquido: significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Obrigações por arrendamentos**

Os saldos em 30 de junho de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2021	31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	868	940	58	Mensal	de 8,55% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	34.024	40.766	33	Mensal	de 4,76% a.a até 11,78% a.a
Veículos e outros meios de transporte	34	33	1	Mensal	8,97% a.a
<b>Total</b>	<b>34.926</b>	<b>41.739</b>			
Circulante	14.023	15.018			
Não circulante	20.903	26.721			
	<b>34.926</b>	<b>41.739</b>			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	30.06.2021		
	Principal	Juros	Total
<b>Até um ano - 2021</b>	<b>16.378</b>	<b>(2.355)</b>	<b>14.023</b>
<b>Posterior a um ano, porém menor que cinco anos</b>	<b>24.852</b>	<b>(4.454)</b>	<b>20.398</b>
Até 2 anos - 2022	6.499	(1.757)	4.742
Até 3 anos - 2023	6.141	(1.373)	4.768
Até 4 anos - 2024	6.109	(950)	5.159
Até 5 anos - 2025	6.103	(374)	5.729
<b>2026 em diante</b>	<b>549</b>	<b>(44)</b>	<b>505</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>41.779</b>	<b>(6.853)</b>	<b>34.926</b>

A seguir é apresentada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.759</b>	<b>33.888</b>	<b>46.647</b>
Adições	-	300	300
Remensuração	453	-	453
Pagamentos - Principal	(3.230)	-	(3.230)
Pagamentos - Juros	(1.643)	-	(1.643)
Transferências	5.336	(5.336)	-
Encargos provisionados	1.643	-	1.643
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>15.318</b>	<b>28.852</b>	<b>44.170</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.018</b>	<b>26.721</b>	<b>41.739</b>
Pagamentos - Principal	(6.813)	-	(6.813)
Pagamentos - Juros	(1.336)	-	(1.336)
Transferências	5.818	(5.818)	-
Encargos provisionados	1.336	-	1.336
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>14.023</b>	<b>20.903</b>	<b>34.926</b>

## 21. Encargos setoriais

	30.06.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID (a)	25.969	-
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	61.945	47.574
Pesquisa e desenvolvimento- ("P&D")	40.592	42.112
Outros	918	855
<b>Total</b>	<b>129.424</b>	<b>90.541</b>
Circulante	100.162	39.887
Não Circulante	29.262	50.654

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 27. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

- a) Valor a ser repassado à CCEE através de amortização mensal pelos próximos 5 anos do encargo CDE - Conta Covid, por meio do Despacho nº 939/2021, relativo ao empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2021			31.12.2020			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.06.2021	30.06.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	415.107	-	-	568.521	(18.882)	(16.391)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	164	-	-	48	-	-	121	372
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	7.317	-	-	3.614	-	(5.086)	(3.021)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A	Março de 2020 a Março de 2025	-	38.351	-	-	24.334	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	456	-	3.851	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		627	-	-	627	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Brasil S.A	Até o final da concessão	-	57.396	-	-	55.110	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	1.212	-	-	629	-	(3.619)	(3.675)
	ENEL Green Power Parapanema		-	78	-	-	80	-	(457)	(438)
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	23	-	(132)	(125)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	93	-	-	102	-	(483)	(481)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	73	-	-	79	-	(324)	(309)
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A		-	152	-	-	168	-	(797)	(761)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	239	-	-	98	-	(612)	(582)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	311	-	-	113	-	(568)	(540)		
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	410	-	-	418	-	(2.480)	(2.150)
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.878	-	-	57.878	-	-	
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Vide nota 17	25.487	340.637	738.875	24.937	-	1.316.368	(23.726)	(20.904)
	Enel Finance International N.V.		-	19.519	980.000	-	754	750.000	(18.765)	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A	07/02/2022	-	1.782	-	-	2.193	-	(2.629)	(3.033)
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	958	-	298	390	-	(568)	77
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		418	-	-	302	-	-	116	195
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	Até o final da concessão	-	709	-	-	129	-	(581)	(572)
	ENEL Ibérica SLR		-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.636	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	-	-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		7.569	251	-	5.304	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		865	1.158	-	540	1.158	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		4.080	1.925	-	-	1.925	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		79	-	-	79	-	-	-	-
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>			<b>43.045</b>	<b>533.267</b>	<b>2.133.982</b>	<b>39.444</b>	<b>151.787</b>	<b>2.634.889</b>	<b>(79.472)</b>	<b>(52.318)</b>
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	415.107	-	-	568.521	(18.882)	(16.391)
			<b>43.045</b>	<b>533.267</b>	<b>1.718.875</b>	<b>39.444</b>	<b>151.787</b>	<b>2.066.368</b>	<b>(60.590)</b>	<b>(35.927)</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findo em 30 de junho de 2021 e 2020.

(\*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

#### **Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

#### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem

#### **Mútuos**

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil e uma com a Enel Finance International N.V (controle comum), conforme detalhados a seguir:

##### **a) Mútuo subordinado**

**Mútuo 52:** Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, e nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.054. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 é de R\$ 205.739 (R\$ 202.598 em 31 de dezembro de 2020).

**Mútuo 54:** Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R\$ 11.721. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 era de R\$ 90.099 (R\$ 102.303 em 31 de dezembro

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2020).

Mútuo 55: Em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 240.327 passou a ser subordinado, que acrescido ao saldo já subordinado no valor de R\$ 83.592, totalizou o montante de R\$ 323.919.

#### b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009. Em 30 de junho de 2020, o referido mútuo foi aditado, alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 houve o pagamento parcial de principal e juros no montante de R\$ 575.138, sendo recolhido o IR de R\$ 5.129. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 246.043.

Conforme previsão contratual, a operação foi liquidada em 29 de janeiro de 2021.

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 era de R\$ 783.677 (R\$ 765.424 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 323.919 estavam subordinados, conforme descrito acima no item a.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 era de R\$ 767.181 (R\$ 750.754 em 31 de dezembro de 2020).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) II: Em 15 de abril de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$230.000 com vencimento em 17 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,06 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despachos N° 2.979 e N° 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 era de R\$ 232.338.

	30.06.2021				31.12.2020		
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante	
	Encargo	Principal	Encargo	Principal	Encargo	Encargo	Principal
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	15.739	604.018	-	-	202.598
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	14.637	326.000	5.118	114.000	-	17.853	1.095.917
Enel Finance International N.V.	17.181	-	-	750.000	754	-	750.000
Enel Finance International N.V. II	2.338	-	-	230.000	-	-	-
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>34.156</b>	<b>326.000</b>	<b>20.857</b>	<b>1.698.018</b>	<b>754</b>	<b>17.853</b>	<b>2.048.515</b>
	<b>30.06.2021</b>	<b>30.06.2020</b>					
<b>Encargos de empréstimos com partes-relacionadas</b>							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	12.843	4.011					
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	10.883	16.893					
Enel Finance International N.V.	16.427	-					
Enel Finance International N.V. II	2.338	-					
<b>Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada</b>	<b>42.491</b>	<b>20.904</b>					

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>989.956</b>	-	<b>989.956</b>
Encargos provisionados	24.915	-	24.915
Juros incorporados ao capital	(4.011)	-	(4.011)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.010.860</b>	-	<b>1.010.860</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.316.368</b>	<b>750.754</b>	<b>2.067.122</b>
Captação	-	230.000	230.000
Amortização	(257.638)	-	(257.638)
Encargos provisionados	23.726	18.765	42.491
Encargos pagos	(2.944)	-	(2.944)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.079.512</b>	<b>999.519</b>	<b>2.079.031</b>

**Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	(103)	827	1.571	2.938
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	30	66	190	385
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	361	-	-
<b>Total</b>	<b>(73)</b>	<b>1.254</b>	<b>1.761</b>	<b>3.323</b>

**23. Obrigações com benefícios pós-emprego**

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasieltros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasieltros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>184.272</b>	<b>101.595</b>	<b>282.654</b>	<b>21.725</b>	<b>590.246</b>
Custo do serviço corrente	(11)	53	-	454	496
Custo dos juros líquidos	5.759	3.507	9.574	621	19.461
Contribuições reais do empregador	(43.950)	(4.895)	(13.175)	(436)	(62.456)
Ganho atuarial	(85.732)	(22.940)	(1.604)	(1.965)	(112.241)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>60.338</b>	<b>77.320</b>	<b>277.449</b>	<b>20.399</b>	<b>435.506</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>435.506</b>
	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>129.518</b>	<b>72.211</b>	<b>244.154</b>	<b>17.339</b>	<b>463.222</b>
Custo do serviço corrente	-	154	1.127	363	1.644
Custo dos juros líquidos	3.832	2.414	7.992	509	14.747
Contribuições reais do empregador	(21.983)	(4.808)	(9.342)	-	(36.133)
Ganho/Perda Atuarial	36.232	15.050	(268)	(255)	50.759
<b>Saldos em 31 de junho de 2020</b>	<b>147.599</b>	<b>85.021</b>	<b>243.663</b>	<b>17.956</b>	<b>494.239</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>494.239</b>

## Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas à pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2021, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2021, ocasionou uma diminuição de R\$ 129.279 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(a) Ativos e passivos atuariais**

	<b>30.06.2021</b>
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	1.507.403
Valor justo dos ativos do plano	(1.155.719)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	83.822
<b>Obrigações registradas com benefícios pós-emprego</b>	<b>435.506</b>

**(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	<b>30.06.2021</b>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.642.975
Custo dos serviços correntes	495
Contribuição de participantes do plano	71
Custos dos juros	56.134
Benefícios pagos pelo plano	(62.993)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(129.279)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<b>1.507.403</b>

**(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	<b>30.06.2021</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.052.729
Retorno esperado dos ativos do plano	36.673
Contribuições recebidas de participantes do plano	71
Contribuições recebidas do empregador	62.455
Benefícios pagos pelo plano	(62.993)
Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	66.784
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<b>1.155.719</b>

-

**(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>30.06.2021</b>
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>590.246</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	495
Juroa líquidos conforme laudo atuarial	19.461
Pagamento de contribuições	(62.455)
Ajustes de avaliação atuarial	(112.241)
<b>Saldo do final do período</b>	<b>435.506</b>

**(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:**

	<b>01.04.2021 a 30.06.2021</b>	<b>01.01.2021 a 30.06.2021</b>	<b>01.04.2020 a 30.06.2020</b>	<b>01.01.2020 a 30.06.2020</b>
Custo do serviço corrente	249	496	822	1.644
Custos dos juros	9.730	19.461	7.373	14.747
<b>Total de despesas</b>	<b>9.979</b>	<b>19.957</b>	<b>8.195</b>	<b>16.391</b>

**(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)**

	<b>30.06.2021</b>
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	129.279
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(83.822)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	66.784
<b>Saldo do final do período</b>	<b>112.241</b>

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
8,21%	7,12%	8,26%	7,28%	8,21%	7,07%	8,11%	6,81%

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alteração.

**24. Provisão para processos judiciais e outros riscos****24.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2021
Trabalhistas (a)	294.155	19.506	(19.035)	11.894	(4.356)	302.164
Cíveis (b)	285.913	85.442	(60.032)	33.295	(50.297)	294.321
Fiscais (c)	203.779	-	-	(6.103)	-	197.676
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
<b>Subtotal - Processos judiciais e administrativos</b>	<b>785.291</b>	<b>104.948</b>	<b>(79.067)</b>	<b>39.086</b>	<b>(54.653)</b>	<b>795.605</b>
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	(2.330)	11.285
<b>Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos</b>	<b>785.291</b>	<b>118.563</b>	<b>(79.067)</b>	<b>39.086</b>	<b>(56.983)</b>	<b>806.890</b>
Total do passivo circulante	179.662					176.304
Total do passivo não circulante	605.629					630.586

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2020
Trabalhistas (a)	285.477	9.086	(10.671)	14.026	(3.207)	294.711
Cíveis (b)	315.607	82.625	(59.877)	57.756	(60.568)	335.543
Fiscais (c)	23.864	18	-	164	(18)	24.028
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
<b>Total</b>	<b>626.392</b>	<b>91.729</b>	<b>(70.548)</b>	<b>71.946</b>	<b>(63.793)</b>	<b>655.726</b>
Total do passivo circulante	-					-
Total do passivo não circulante	626.392					655.726

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de junho de 2021 de R\$ 14.358 (R\$14.301 em 31 de dezembro de 2020).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de junho de 2021 de R\$ 6.336, valor total do auto de R\$ 15.840, (R\$ 6.313 e R\$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$ 556, valor total do auto R\$ 2.779 (R\$554 e R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa e obteve decisão reduzindo a multa para 1%, gerando uma reversão de R\$ 6.862 no resultado financeiro. O processo transitou em julgado e a Companhia está analisando a melhor forma de realizar o pagamento. A provisão total atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em junho de 2021, é de R\$ 173.463.

#### d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

#### e) Outras provisões

Durante o primeiro semestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída.

### 24.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhistas	264.494	276.500
Cíveis (a)	1.426.092	1.275.523
Fiscais (b)	1.768.410	1.738.469
Juizados especiais	158.524	122.284
Regulatório	17.011	17.011
<b>Total</b>	<b>3.634.531</b>	<b>3.429.787</b>

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

**a) Cíveis**

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos são similares aos que já foram descritas na nota explicativa 24.1.b.

**b) Fiscais****b.1) Temas federais****Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)**

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 1.319.800 (R\$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020).

**b.2) Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 333.092 em 30 de junho de 2021 (R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

**b.3) Temas municipais**

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.524 em 30 de junho de 2021 (R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.362 respectivamente, em 30 de junho de 2021 (R\$ 12.494 e R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de junho de 2021 de R\$ 42.258 (R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de junho de 2021 de R\$ 34.880 (R\$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020).

**24.3 Depósitos vinculados**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhistas	181.984	178.766
Cíveis	82.899	78.008
Fiscais	705	699
<b>Total</b>	<b>265.588</b>	<b>257.473</b>

**25. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.06.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>

**b) Capital Social Autorizado**

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**c) Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

**d) Reforço de capital de giro**

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2021	30.06.2020
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	112.241	(50.759)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	(38.162)	17.258
(Perda) ganho de instrumentos financeiros derivativos	(1.313)	3.296
Tributos diferidos sobre perda / ganho instrumentos financeiros derivativos	446	(1.121)
<b>Total</b>	<b>73.212</b>	<b>(31.326)</b>

## 26. Resultado por ação

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	(61.153)	(15.726)	27.783	49.574
Número de ações	166.634.326	166.634.326	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	(0,366989)	(0,094374)	0,166730	0,297502

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 30 de junho de 2021.

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. Receita líquida

## a) Nos trimestres

	01.04.2021 a 30.06.2021			01.04.2020 a 30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	2.555.790	1.265.204	1.264.597	2.452.438	1.121.470	1.012.984
Industrial	3.106	39.024	59.956	3.346	41.950	44.590
Comercial	125.137	379.455	447.003	134.787	333.270	336.065
Rural	63.093	41.504	41.850	63.730	41.460	33.138
Poder público	13.046	93.150	108.888	13.781	87.250	89.605
Iluminação pública	1.880	140.222	96.496	1.885	142.140	85.519
Serviço público	2.798	77.324	73.015	2.038	73.740	55.165
Suprimento e revenda	24	131.489	26.570	24	114.100	23.764
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.764.874</b>	<b>2.167.373</b>	<b>2.118.375</b>	<b>2.672.029</b>	<b>1.955.381</b>	<b>1.680.830</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	(109.516)	-	-	(37.473)
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	(2.055.395)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	2.055.395	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(6.701)	-	-	758
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>2.764.874</b>	<b>2.167.373</b>	<b>2.002.158</b>	<b>2.672.029</b>	<b>1.955.381</b>	<b>1.644.115</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	258.400	-	-	43.366
Subvenção baixa renda	-	-	12.436	-	-	27.108
Subvenção de recursos da CDE	-	-	63.424	-	-	46.954
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	725	718.290	259.829	566	559.088	182.821
Receita de construção	-	-	285.980	-	-	247.366
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	53.634	-	-	-
Outras receitas	-	-	(46.884)	-	-	24.461
<b>Total outras receitas</b>	<b>725</b>	<b>718.290</b>	<b>886.819</b>	<b>566</b>	<b>559.088</b>	<b>572.076</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.765.599</b>	<b>2.885.663</b>	<b>2.888.977</b>	<b>2.672.595</b>	<b>2.514.469</b>	<b>2.216.191</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(649.222)	-	-	(470.257)
COFINS - corrente	-	-	(156.550)	-	-	(150.743)
PIS - corrente	-	-	(33.988)	-	-	(32.727)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(14.846)	-	-	(11.320)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(236.287)	-	-	(145.407)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.214)	-	-	(2.149)
ISS	-	-	(1.270)	-	-	(1.159)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.094.377)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(813.762)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.765.599</b>	<b>2.885.663</b>	<b>1.794.600</b>	<b>2.672.595</b>	<b>2.514.469</b>	<b>1.402.429</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) Nos semestres

	01.01.2021 a 30.06.2021			01.01.2020 a 30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	2.555.790	2.731.686	2.393.907	2.452.438	2.478.218	1.998.132
Industrial	3.106	75.465	108.855	3.346	92.526	96.299
Comercial	125.137	784.946	889.173	134.787	819.740	816.193
Rural	63.093	86.975	83.921	63.730	85.753	66.803
Poder público	13.046	188.316	210.238	13.781	205.867	201.044
Iluminação pública	1.880	278.439	183.187	1.885	281.399	167.406
Serviço público	2.798	148.679	138.126	2.038	151.843	113.993
Suprimento e revenda	24	218.913	44.684	24	237.350	49.110
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.764.874</b>	<b>4.513.420</b>	<b>4.052.091</b>	<b>2.672.029</b>	<b>4.352.697</b>	<b>3.508.980</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	332.368	-	-	207.772
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	(2.055.395)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	2.055.395	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(17.013)	-	-	(10.930)
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>2.764.874</b>	<b>4.513.420</b>	<b>4.367.446</b>	<b>2.672.029</b>	<b>4.352.697</b>	<b>3.705.822</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	389.670	-	-	(6.274)
Subvenção baixa renda	-	-	24.528	-	-	36.265
Subvenção de recursos da CDE	-	-	118.172	-	-	103.761
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	725	1.201.771	410.750	566	1.236.207	381.997
Receita de construção	-	-	457.664	-	-	472.309
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	53.634	-	-	-
Outras receitas	-	-	(58.279)	-	-	49.128
<b>Total outras receitas</b>	<b>725</b>	<b>1.201.771</b>	<b>1.396.139</b>	<b>566</b>	<b>1.236.207</b>	<b>1.037.186</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.765.599</b>	<b>5.715.190</b>	<b>5.763.585</b>	<b>2.672.595</b>	<b>5.588.904</b>	<b>4.743.008</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(1.288.989)	-	-	(1.061.463)
COFINS - corrente	-	-	(367.341)	-	-	(328.785)
PIS - corrente	-	-	(79.752)	-	-	(71.381)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(31.046)	-	-	(24.538)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(399.957)	-	-	(290.401)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.426)	-	-	(4.175)
ISS	-	-	(2.495)	-	-	(2.164)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.174.006)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.782.907)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.765.599</b>	<b>5.715.190</b>	<b>3.589.579</b>	<b>2.672.595</b>	<b>5.588.904</b>	<b>2.960.101</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

## a) Nos trimestres

	01.04.2021 a 30.06.2021				01.04.2020 a 30.06.2020					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(27.005)	-	(8.603)	-	<b>(35.608)</b>	(19.130)	-	(13.056)	-	<b>(32.186)</b>
Material	2.729	-	4.696	-	<b>7.425</b>	(4.419)	-	(86)	-	<b>(4.505)</b>
Serviços de terceiros	(123.386)	(6.946)	(8.266)	-	<b>(138.598)</b>	(104.977)	(3.395)	(14.817)	-	<b>(123.189)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(781.920)	-	-	-	<b>(781.920)</b>	(659.008)	-	-	-	<b>(659.008)</b>
Encargos do uso do sistema de transmissão	(198.196)	-	-	-	<b>(198.196)</b>	(140.373)	-	-	-	<b>(140.373)</b>
Encargos de serviços do sistema	(75.570)	-	-	-	<b>(75.570)</b>	(3.011)	-	-	-	<b>(3.011)</b>
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	2.978	-	-	-	<b>2.978</b>	51.622	-	-	-	<b>51.622</b>
Depreciação e amortização	(110.521)	-	(3.531)	-	<b>(114.052)</b>	(94.755)	-	(4.587)	-	<b>(99.342)</b>
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(9.487)	-	-	-	<b>(9.487)</b>
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(140.140)	-	-	<b>(140.140)</b>	-	7.619	-	-	<b>7.619</b>
Perda de recebíveis de clientes	-	(49.663)	-	-	<b>(49.663)</b>	-	(31.220)	-	-	<b>(31.220)</b>
Custo de construção	(285.980)	-	-	-	<b>(285.980)</b>	(247.366)	-	-	-	<b>(247.366)</b>
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(3.337)	-	<b>(3.337)</b>	-	-	5.603	-	<b>5.603</b>
Outras despesas operacionais	(15.039)	-	(22.853)	-	<b>(37.892)</b>	(5.673)	-	(10.280)	-	<b>(15.953)</b>
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	1.231	<b>1.231</b>	-	-	-	15.514	<b>15.514</b>
Outras receitas operacionais	-	-	-	(26)	<b>(26)</b>	-	-	-	419	<b>419</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(1.611.910)</b>	<b>(196.749)</b>	<b>(41.894)</b>	<b>1.205</b>	<b>(1.849.348)</b>	<b>(1.236.577)</b>	<b>(26.996)</b>	<b>(37.223)</b>	<b>15.933</b>	<b>(1.284.863)</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) Nos semestres

	01.01.2021 a 30.06.2021					01.01.2020 a 30.06.2020				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(64.576)	-	(18.549)	-	<b>(83.125)</b>	(44.882)	-	(26.148)	-	<b>(71.030)</b>
Material	(6.934)	-	4.665	-	<b>(2.269)</b>	(8.341)	-	(821)	-	<b>(9.162)</b>
Serviços de terceiros	(236.445)	(7.068)	(17.078)	-	<b>(260.591)</b>	(212.824)	(7.483)	(32.914)	-	<b>(253.221)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(1.573.660)	-	-	-	<b>(1.573.660)</b>	(1.368.001)	-	-	-	<b>(1.368.001)</b>
Encargos do uso do sistema de transmissão	(389.504)	-	-	-	<b>(389.504)</b>	(283.529)	-	-	-	<b>(283.529)</b>
Encargos de serviços do sistema	(181.524)	-	-	-	<b>(181.524)</b>	(4.182)	-	-	-	<b>(4.182)</b>
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	2.978	-	-	-	<b>2.978</b>	51.622	-	-	-	<b>51.622</b>
Depreciação e amortização	(226.036)	-	(7.376)	-	<b>(233.412)</b>	(189.414)	-	(10.639)	-	<b>(200.053)</b>
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(21.803)	-	-	-	<b>(21.803)</b>
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(231.616)	-	-	<b>(231.616)</b>	-	(37.259)	-	-	<b>(37.259)</b>
Perda de recebíveis de clientes	-	(89.468)	-	-	<b>(89.468)</b>	-	(50.899)	-	-	<b>(50.899)</b>
Recuperação de perdas	-	-	-	-	-	-	13.882	-	-	<b>13.882</b>
Custo de construção	(457.664)	-	-	-	<b>(457.664)</b>	(472.309)	-	-	-	<b>(472.309)</b>
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(25.953)	-	<b>(25.953)</b>	-	-	(22.388)	-	<b>(22.388)</b>
Outras despesas operacionais	(36.774)	-	(36.048)	-	<b>(72.822)</b>	(9.930)	-	(33.142)	-	<b>(43.072)</b>
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	2.360	<b>2.360</b>	-	-	-	35.862	<b>35.862</b>
Outras receitas operacionais	-	-	-	121	<b>121</b>	-	-	-	3.140	<b>3.140</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(3.170.139)</b>	<b>(328.152)</b>	<b>(100.339)</b>	<b>2.481</b>	<b>(3.596.149)</b>	<b>(2.563.593)</b>	<b>(81.759)</b>	<b>(126.052)</b>	<b>39.002</b>	<b>(2.732.402)</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. Resultado financeiro**

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	909	2.806	1.554	2.114
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	7.841	16.369	7.672	23.648
Variação cambial	689	689	2.844	6.357
Marcação a mercado de ativo indenizável	80.944	171.319	(15.556)	12.569
Variação cambial de dívida	92.313	325.356	-	-
Dívida - Marcação a mercado	-	-	(2.085)	1.551
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(105.235)	282.369	73.180	345.097
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	1	4.213	(8.101)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	1.895	4.906	(5.589)	2.959
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	2.881	10.423	1.353	8.901
Outras receitas financeiras	3.864	6.671	1.637	2.243
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.257)	(1.745)	(639)	(1.618)
<b>Subtotal</b>	<b>84.845</b>	<b>823.376</b>	<b>56.270</b>	<b>403.821</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Variação cambial	(2.996)	(4.771)	-	-
Variação cambial de dívidas	105.244	(282.360)	(73.180)	(345.097)
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.158)	8.515	-
Encargos de dívidas	(15.597)	(31.239)	(18.261)	(36.075)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(1.412)	(16.503)	-	-
Juros debêntures	(8.460)	(13.696)	(13.139)	(31.195)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(17.876)	(39.086)	(10.322)	(71.946)
Encargos fundo de pensão	(9.730)	(19.461)	(7.374)	(14.748)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(92.323)	(325.374)	(3.665)	(3.665)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	2.072	(5.470)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(6.418)	(8.968)	9.141	(999)
Encargos de mútuos	(25.378)	(42.491)	(9.201)	(20.904)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	133	278	408	1.094
IOF/IOC	(11)	(55)	(16)	(296)
Encargos com venda de recebíveis	-	-	(37)	(37)
Apropriação custo de transação	(82)	(163)	(340)	(681)
Juros em arrendamento	(641)	(1.336)	(843)	(1.643)
Outras despesas financeiras	(6.618)	(12.875)	(15.083)	(23.959)
<b>Subtotal</b>	<b>(82.165)</b>	<b>(800.258)</b>	<b>(131.325)</b>	<b>(555.621)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>2.680</b>	<b>23.118</b>	<b>(75.055)</b>	<b>(151.800)</b>

**30. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

## a) Nos trimestres

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(40.713)	(14.666)	-	-
Diferidos	34.033	12.261	(10.821)	(3.907)
<b>Total</b>	<b>(6.680)</b>	<b>(2.405)</b>	<b>(10.821)</b>	<b>(3.907)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(52.068)</b>	<b>(52.068)</b>	<b>42.511</b>	<b>42.511</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	14.023	14.023	684	684
Perdão de dívida	2.462	2.462	-	-
Outras despesas indedutíveis	1.530	1.530	113	215
<b>Total das adições</b>	<b>18.015</b>	<b>18.015</b>	<b>797</b>	<b>899</b>
Base de cálculo	(34.053)	(34.053)	43.308	43.410
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>8.519</b>	<b>3.065</b>	<b>(10.821)</b>	<b>(3.907)</b>
Complemento de variação cambial não realizada	(15.060)	(5.470)	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(6.680)</b>	<b>(2.405)</b>	<b>(10.821)</b>	<b>(3.907)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-12,83%</b>	<b>-4,62%</b>	<b>25,45%</b>	<b>9,19%</b>

**b) Nos semestres**

	01.01.2021 a 30.06.2021		01.01.2020 a 30.06.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(87.355)	(31.466)	-	-
Diferidos	63.661	22.886	(19.340)	(6.985)
<b>Total</b>	<b>(23.694)</b>	<b>(8.580)</b>	<b>(19.340)</b>	<b>(6.985)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>16.548</b>	<b>16.548</b>	<b>75.899</b>	<b>75.899</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	14.819	14.819	1.369	1.369
Perdão de dívida	1.774	1.774	-	-
Outras despesas indedutíveis	1.418	1.418	115	344
<b>Total das adições</b>	<b>18.011</b>	<b>18.011</b>	<b>1.484</b>	<b>1.713</b>
Base de cálculo	34.559	34.559	77.383	77.612
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(8.634)</b>	<b>(3.110)</b>	<b>(19.340)</b>	<b>(6.985)</b>
Complemento de variação cambial não realizada	(15.060)	(5.470)	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(23.694)</b>	<b>(8.580)</b>	<b>(19.340)</b>	<b>(6.985)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>143,18%</b>	<b>51,85%</b>	<b>25,48%</b>	<b>9,20%</b>

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Provisão para processos judiciais e outros	274.343	266.999	7.344	9.974	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	173.152	61.632	111.520	(20.492)	-	-
Benefício pós-emprego	219.658	257.820	-	-	(38.162)	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.390	-	3.390	(45.140)	-	(762)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	2.143	2.944	(801)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	93.912	144.841	(50.929)	23.399	-	-
Outras provisões	28.968	23.745	5.223	10.207	-	-
<b>Total dos diferidos ativos</b>	<b>795.566</b>	<b>757.981</b>	<b>75.747</b>	<b>(22.052)</b>	<b>(38.162)</b>	<b>(762)</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Ativo indenizável (concessão)	(419.615)	(361.367)	(58.248)	(4.273)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(20.966)	(91.188)	69.048	(3.426)	1.174	-
Outros	(288)	(288)	-	-	-	-
<b>Total dos diferidos passivos</b>	<b>(440.869)</b>	<b>(452.843)</b>	<b>10.800</b>	<b>(7.699)</b>	<b>1.174</b>	<b>-</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>354.697</b>	<b>305.138</b>	<b>86.547</b>	<b>(29.751)</b>	<b>(36.988)</b>	<b>(762)</b>

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

### 31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

##### a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	217.136	566.686
Títulos e valores mobiliários	111.653	129.555
Instrumentos financeiros derivativos - swap	51.696	333.416
Consumidores e outras contas a receber	1.862.023	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	126.889	-
Ativo indenizável (concessão)	4.541.394	4.321.429
	<b>6.910.791</b>	<b>7.239.482</b>

Em 30 de junho de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2021	31.12.2020
AAA	276.856	601.441
AA+	4.165	4.704
AA	1.103	31.105
<b>Total geral</b>	<b>282.124</b>	<b>637.250</b>

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2021	31.12.2020
AA-	51.696	333.416
<b>Total geral</b>	<b>51.696</b>	<b>333.416</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

**b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

#### c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar + *Spread* para Real CDI + *spread*). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2021 (em reais).

	30.06.2021
<b>Passivos em Moeda Estrangeira</b>	
Empréstimos e Financiamento	1.195.808
Exposição Patrimonial	<b>1.195.808</b>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.197.506)
Exposição Cambial Total	<b>(1.698)</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

#### d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação,

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui 91% da dívida total indexada à taxa variável (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Selic	8.049	2,85%	36.909	5,79%
CDI	274.075	97,15%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
<b>Total</b>	<b>282.124</b>	<b>100,00%</b>	<b>637.250</b>	<b>100,00%</b>

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	4.541.394	100%	4.321.429	100%
<b>Total</b>	<b>4.541.394</b>	<b>100%</b>	<b>4.321.429</b>	<b>100%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	427.401	9,17%	430.510	10,06%
CDI	4.233.659	90,83%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
<b>Total</b>	<b>4.661.060</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.278.639</b>	<b>100%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e hajam condições de mercado adequadas que o permitam.

#### e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de junho de 2021 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 902/2021, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000 dos quais, em 30 de junho de 2021, estavam disponíveis R\$ 1.290.181.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.079.512, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	3.703.938	3.607.125
Debentures (Nota 19)	1.008.818	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 31)	(51.696)	(333.416)
<b>Dívida</b>	<b>4.661.060</b>	<b>4.278.639</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(217.136)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(111.653)	(129.555)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>4.332.271</b>	<b>3.582.398</b>
Patrimônio líquido (b)	3.647.310	3.591.235
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>54%</b>	<b>50%</b>

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	382.719	20.242	754.175	508.126	1.665.262
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	-	-	45.856	173.954	219.810
Debêntures	-	20.456	38.850	1.131.769	1.191.075
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	326.000	-	17.910	1.722.625	2.066.535
<b>Total em 30 de junho de 2021</b>	<b>708.719</b>	<b>40.698</b>	<b>856.791</b>	<b>3.536.474</b>	<b>5.142.682</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos – Swap recebimentos	(128.178)	5.350	67.396	121.341	65.909
<b>Total em 30 de junho de 2021</b>	<b>(128.178)</b>	<b>5.350</b>	<b>67.396</b>	<b>121.341</b>	<b>65.909</b>

#### f) Valorização dos instrumentos financeiros

##### Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	30.06.2021		31.12.2020		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	217.136	217.136	566.686	566.686
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	111.653	111.653	129.555	129.555
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.862.023	1.862.023	1.888.396	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	126.889	126.889	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	132.224	132.224	154.328	154.328
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	179.191	179.191
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.541.394	4.541.394	4.321.429	4.321.429
<b>Total do ativo</b>			<b>6.991.319</b>	<b>6.991.319</b>	<b>7.239.585</b>	<b>7.239.585</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.508.130	2.458.239	2.500.822	2.438.667
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.008.818	1.007.924	1.004.930	1.003.873
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.195.808	1.116.805	605.021	599.351
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	501.282	501.282
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	80.528	80.528	32	32
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	71	71
Arrendamento	Custo amortizado	2	34.926	34.926	41.739	41.739
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	247.891	247.891	389.484	389.484
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.267.396	1.267.396	1.085.352	1.085.352
<b>Total do passivo</b>			<b>6.343.497</b>	<b>6.213.709</b>	<b>6.128.733</b>	<b>6.059.851</b>

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

## g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
				30.06.2021	31.12.2020
ITÁU S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	132.224	151.097
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	-	179.120
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	(3.942)	3.199
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(25.784)	-
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(15.437)	-
SCOTIABANK S.A V	25/03/2021	15/12/2021	USD + 1,0350%aa CDI + 1,04% aa	(34.941)	-
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	(424)	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>132.540</b>
Juros SWAP	1.960
Variação cambial SWAP	341.433
Marcação a mercado no resultado	(5.470)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.240
Pagamentos de juros	5.231
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>477.934</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>333.416</b>
Juros SWAP	(4.062)
Variação cambial SWAP	(43.005)
Marcação a mercado no resultado	4.213
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(3.452)
Recebimentos de juros	(2.849)
Recebimentos principal	(232.565)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>51.696</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>132.224</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>80.528</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>51.696</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 30 de junho de 2021 estão dispostos a seguir:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú BBA International PLC	132.224	128.010	4.214	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP PARIBAS 4131 II	(3.942)	(6.210)	2.268	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank 4131 III	(25.784)	(19.902)	(5.882)	200.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank 4131 IV	(15.437)	(11.771)	(3.666)	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 25.03.21 Scotiabank 4131 V	(34.941)	(37.118)	2.177	360.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.06.21 EFI - Credit Agreement III 50MEUR	(424)	-	(424)	294.500	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
<b>Total</b>	<b>51.696</b>	<b>53.009</b>	<b>(1.313)</b>	<b>1.424.499</b>	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2021.

## h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Jun.2022			
		30.06.2021	Provável	Adverso	Remoto	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	8.049	530	398	265	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	274.075	18.045	13.534	9.023	
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	125.406	94.055	62.703	
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.145.810)	(66.706)	(79.868)	(81.123)	
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	1.189.195	(28.588)	122.427	247.917	
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Euro	8.311	(13.671)	52.403	68.219	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(429.099)	43.941	57.103	58.358	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(1.195.808)	28.969	(124.240)	(251.554)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Euro	-	13.671	(52.403)	(72.520)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(3.087.849)	(398.821)	(422.434)	(433.622)	
		<b>(409.086)</b>	<b>(277.224)</b>	<b>(339.025)</b>	<b>(392.334)</b>	
			<b>Taxas utilizadas</b>	<b>Provável</b>	<b>Adverso +25%</b>	<b>Remoto +50%</b>
			CDI	6,58%	8,23%	9,88%
			IPCA	3,16%	3,95%	4,74%
			Libor	0,19%	0,23%	0,28%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	42	7.206	7.164	13.159	13.117
ITAÚ 4131 SWAP PA	(42)	(7.278)	(7.236)	(13.291)	(13.249)
ITAÚ 4131 SWAP PP	992	1.234	242	1.472	480
BNP PARIBAS 4131 II	(7.229)	36.327	43.556	72.520	79.749
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	6.800	(34.172)	(40.972)	(68.219)	(75.019)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	11.631	14.094	2.463	16.526	4.895
SCOTIABANK 4131 III	(7.269)	33.930	41.199	68.165	75.434
SCOTIABANK 4131 III - SWAP	7.314	(34.138)	(41.452)	(68.583)	(75.897)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	14.573	17.354	2.781	20.102	5.529
SCOTIABANK 4131 IV	(4.357)	20.338	24.695	40.860	45.217
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP	4.382	(20.455)	(24.837)	(41.095)	(45.477)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	8.731	10.398	1.667	12.044	3.313
SCOTIABANK 4131 V	(10.155)	26.440	36.595	56.850	67.005
SCOTIABANK 4131 V - SWAP	10.134	(26.384)	(36.518)	(56.729)	(66.863)
SCOTIABANK 4131 V - SWAP PP	10.238	12.356	2.118	14.452	4.214
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(13.671)	52.403	66.074	72.520	86.191
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PA	13.671	(52.403)	(66.074)	(68.219)	(81.890)
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PP	20.541	24.433	3.892	16.526	(4.015)
<b>Total Despesa</b>	<b>66.326</b>	<b>81.683</b>	<b>15.357</b>	<b>89.060</b>	<b>22.734</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

### 32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.411.884 em 2021, R\$2.972.843 em 2022, R\$3.006.753 em 2023, R\$3.031.614 em 2024 e R\$58.099.552 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no semestre findo em 30 de junho de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

### 33. Participação nos resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 14.037 e R\$ 8.863, respectivamente.

### 34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 1.838.270	R\$ 5.799.234
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 78.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	R\$ 135.214

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 35. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2021	30.06.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(41.441)	(70.842)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(278)	(1.094)
	<b>(41.719)</b>	<b>(71.936)</b>

#### Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Efeito caixa		Nota explicativa		
	Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2021	30.06.2020	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>					
Captção de empréstimos e financiamentos		910.000	301.332	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)		(814.331)	(76.077)	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)		(6.813)	(3.230)	20	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		232.565	-	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>321.421</b>	<b>222.025</b>		

A Companhia não pagou dividendos no semestre findo em 30 de junho de 2021.

#### 36. Eventos subsequentes

- a) Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou duas novas operações de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) em 28 de junho e em 05 de julho de 2021, nos montantes de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 294.500 e R\$ 299.800, respectivamente. Os mútuos possuem taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 e 10 de julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operações de SWAPs para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,53% a.a. e CDI + 1,665% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói – RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro semestre de 2021.

Niterói, 26 de julho de 2021.

Diretor Presidente - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Vago

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Vago

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro semestre de 2021.

Niterói, xx de julho de 2021.

Diretor Presidente - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Vago

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Vago

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva